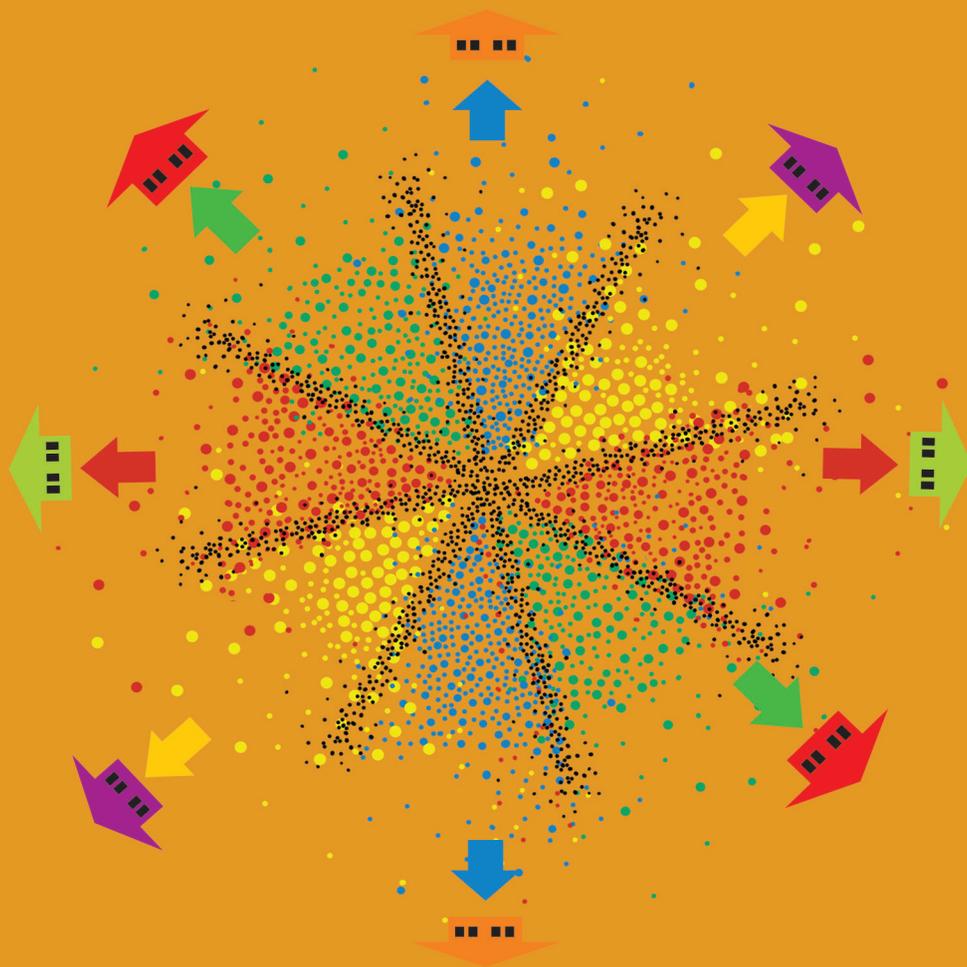


Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco



Parâmetros Curriculares de História Ensino Fundamental e Médio

Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco

Parâmetros para a Educação Básica do Estado de Pernambuco

Parâmetros Curriculares
de História – Ensino
Fundamental e Médio

2013



Eduardo Campos
Governador do Estado

João Lyra Neto
Vice-Governador

Ricardo Dantas
Secretário de Educação

Ana Selva
Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação

Cecília Patriota
Secretária Executiva de Gestão de Rede

Paulo Dutra
Secretário Executivo de Educação Profissional



Undime | PE

Horácio Reis
Presidente Estadual

GERÊNCIAS DA SEDE

Shirley Malta

Gerente de Políticas Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Raquel Queiroz

Gerente de Políticas Educacionais do Ensino Médio

Cláudia Abreu

Gerente de Educação de Jovens e Adultos

Cláudia Gomes

Gerente de Correção de Fluxo Escolar

Marta Lima

Gerente de Políticas Educacionais em Direitos Humanos

Vicência Torres

Gerente de Normatização do Ensino

Albanize Cardoso

Gerente de Políticas Educacionais de Educação Especial

Epifânia Valença

Gerente de Avaliação e Monitoramento

GERÊNCIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

Antonio Fernando Santos Silva

Gestor GRE Agreste Centro Norte – Caruaru

Paulo Manoel Lins

Gestor GRE Agreste Meridional – Garanhuns

Sinésio Monteiro de Melo Filho

Gestor GRE Metropolitana Norte

Maria Cleide Gualter Alencar Arraes

Gestora GRE Sertão do Araripe – Araripina

Josefa Rita de Cássia Lima Serafim

Gestora da GRE Sertão do Alto Pajeú – Afogados da Ingazeira

Anete Ferraz de Lima Freire

Gestora GRE Sertão Médio São Francisco – Petrolina

Ana Maria Xavier de Melo Santos

Gestora GRE Mata Centro – Vitória de Santo Antão

Luciana Anacleto Silva

Gestora GRE Mata Norte – Nazaré da Mata

Sandra Valéria Cavalcanti

Gestora GRE Mata Sul

Gilvani Pilé

Gestora GRE Recife Norte

Marta Maria Lira

Gestora GRE Recife Sul

Patrícia Monteiro Câmara

Gestora GRE Metropolitana Sul

Elma dos Santos Rodrigues

Gestora GRE Sertão do Moxotó Ipanema – Arcoverde

Maria Dilma Marques Torres Novaes Goiana

Gestora GRE Sertão do Submédio São Francisco – Floresta

Edjane Ribeiro dos Santos

Gestora GRE Vale do Capibaribe – Limoeiro

Waldemar Alves da Silva Júnior

Gestor GRE Sertão Central – Salgueiro

Jorge de Lima Beltrão

Gestor GRE Litoral Sul – Barreiros

CONSULTORES EM HISTÓRIA

Daniella Maria Pinto Alves Ferreira

Diva Carneiro do Nascimento

Durval Paulo Gomes Junior

Edimir Dantas de Sá Oliveira

Eleta de Carvalho Freire

Flaviana Karla Gomes Leonel de Lima

Juliana Alves de Andrade

Julio Cesar Pessoa de Barros

Ladjane Carla Torres

Maria Thereza Didier de Moraes

Marta Margarida de Andrade Lima

Ricardo Frederico de Araujo

Rimário Clismério da Silva

Thiago Oliveira Reis M. Freire

Vera Lúcia Braga de Moura

Waldilma Batista de Santana



Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora
Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

Coordenação Geral do CAEd
Lina Kátia Mesquita Oliveira

Coordenação Técnica do Projeto
Manuel Fernando Palácios da Cunha Melo

Coordenação de Análises e Publicações
Wagner Silveira Rezende

Coordenação de Design da Comunicação
Juliana Dias Souza Damasceno

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Pedagógica Geral
Maria José Vieira Féres

Coordenação de Planejamento e Logística
Gilson Bretas

Organização
Maria Umbelina Caiafa Salgado

Assessoria Pedagógica
Ana Lúcia Amaral

Assessoria Pedagógica
Maria Adélia Nunes Figueiredo

Diagramação
Luiza Sarrapio

Responsável pelo Projeto Gráfico
Rômulo Oliveira de Farias

Responsável pelo Projeto das Capas
Edna Rezende S. de Alcântara

Revisão
Lúcia Helena Furtado Moura
Sandra Maria Andrade del-Gaudio

Especialistas em História
Aléxia Pádua Franco
Selva Guimarães Fonseca



SUMÁRIO

11.....	APRESENTAÇÃO
13.....	INTRODUÇÃO
15.....	INTRODUÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS RUMOS DO ENSINO DE HISTÓRIA
18.....	1 ESCOLA, SUJEITOS E SABERES
22.....	2 ENSINAR E APRENDER HISTÓRIA
41.....	3 OS PARÂMETROS CURRICULARES
41.....	DE HISTÓRIA
65.....	4 REFERÊNCIAS
68.....	5 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
70.....	COLABORADORES

Apresentação

Os parâmetros curriculares que agora chegam às mãos dos professores têm como objetivo orientar o processo de ensino e aprendizagem e também as práticas pedagógicas nas salas de aula da rede estadual de ensino. Dessa forma, antes de tudo, este documento deve ser usado cotidianamente como parte do material pedagógico de que dispõe o educador.

Ao estabelecerem as expectativas de aprendizagem dos estudantes em cada disciplina e em todas as etapas da educação básica, os parâmetros curriculares funcionam como um instrumento decisivo de acompanhamento escolar. E toda ferramenta de acompanhamento, usada de maneira adequada, é também um instrumento de diagnóstico das necessidades e das práticas educativas que devem ser empreendidas para melhorar o rendimento escolar.

A elaboração dos novos parâmetros curriculares faz parte do esforço da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco (SEE) em estabelecer um currículo escolar que esteja em consonância com as transformações sociais que acontecem na sociedade. É preciso que a escola seja capaz de atender às expectativas dos estudantes desse novo mundo.

Este documento foi pensado e elaborado a partir de incansáveis debates, propostas, e avaliações da comunidade acadêmica, de especialistas da SEE, das secretarias municipais de educação. E, claro, dos professores da rede pública de ensino. Por isso, os parâmetros curriculares foram feitos por professores para professores.

Ricardo Dantas

Secretário de Educação de Pernambuco

Introdução

É com muita satisfação que a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco publica os Parâmetros Curriculares do Estado, com cadernos específicos para cada componente curricular e com um caderno sobre as concepções teóricas que embasam o processo de ensino e aprendizagem da rede pública.

A elaboração dos Parâmetros foi uma construção coletiva de professores da rede estadual, das redes municipais, de universidades públicas do estado de Pernambuco e do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz Fora/Caed. Na formulação destes documentos, participaram professores de todas as regiões do Estado, debatendo conceitos, propostas, metas e objetivos de ensino de cada um dos componentes curriculares. É válido evidenciar o papel articulador e o empenho substancial dos Educadores, Gerentes Regionais de Educação e da UNDIME no processo de construção desses Parâmetros. Assim, ressaltamos a importância da construção plural deste documento.

Esta publicação representa um momento importante para a educação do estado em que diversos setores compartilharam saberes em prol de avanços nas diretrizes e princípios educacionais e também na organização curricular das redes públicas do estado de Pernambuco. Além disto, de forma pioneira, foram elaborados parâmetros para Educação de Jovens e Adultos, contemplando todos os componentes curriculares.

O objetivo deste documento é contribuir para a qualidade da Educação de Pernambuco, proporcionando a todos os pernambucanos uma formação de qualidade, pautada na Educação em Direitos Humanos, que garanta a sistematização dos

conhecimentos desenvolvidos na sociedade e o desenvolvimento integral do ser humano. Neste documento, o professor irá encontrar uma discussão de aspectos importantes na construção do conhecimento, que não traz receitas prontas, mas que fomenta a reflexão e o desenvolvimento de caminhos para qualificação do processo de ensino e de aprendizagem. Ao mesmo tempo, o docente terá clareza de objetivos a alcançar no seu trabalho pedagógico.

Por fim, a publicação dos Parâmetros Curriculares, integrando as redes municipais e a estadual, também deve ser entendida como aspecto fundamental no processo de democratização do conhecimento, garantindo sintonia com as diretrizes nacionais, articulação entre as etapas e níveis de ensino, e, por conseguinte, possibilitando melhores condições de integração entre os espaços escolares.

Esperamos que os Parâmetros sejam úteis aos professores no planejamento e desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Ana Selva

Secretária Executiva de
Desenvolvimento da Educação

INTRODUÇÃO: REFLEXÕES SOBRE OS RUMOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

Nas últimas décadas do século XX, ocorreu, no Brasil, um intenso debate sobre o ensino de História, que foi acompanhado de reformas curriculares, de norte a sul do país. Propostas de renovação de metodologias, temas, problemas e fontes foram criadas e reapropriadas em salas de aula. No processo de discussão e renovação curricular desencadeado, a partir dos anos 1980, uma das principais lutas dos movimentos acadêmicos e sociais foi pela revalorização da História e demais componentes curriculares das Ciências Humanas, como áreas específicas do conhecimento na educação básica. Durante os anos 1990, as disciplinas História e Geografia foram desmembradas no ensino fundamental e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), implementados pelo Ministério da Educação (MEC), a partir de 1997, indicam o estudo da História e da Geografia, desde os anos iniciais, em todo o território nacional.

No século XXI, consolidou-se, no Brasil democrático, uma rica diversidade de modos de conceber e ensinar História, na complexa e plural realidade escolar brasileira. Não há, entre nós, um ensino único, nem um conhecimento histórico exclusivo. A atual produção acadêmica e didática, na área da História e da Educação, os documentos das políticas públicas, os debates realizados, nos espaços educacionais evidenciam uma variedade de propostas de temas, problemas, abordagens e fontes de estudo de História, produzidos por diferentes agentes: professores, historiadores, educadores, produtores de materiais didáticos. O movimento

expressa o diálogo existente entre experiências locais, nacionais e internacionais, na busca de respostas às demandas da sociedade.

Esse contexto requer de nós, educadores, uma reflexão permanente sobre o que, para que, por que e como ensinar. Isso significa pensar acerca do que se deseja e espera que os alunos aprendam. A História como saber escolar tem um papel fundamental na formação da cidadania, mediante a compreensão da experiência humana, em diversos tempos e lugares. Logo, ocupa um lugar estratégico no currículo escolar, pois contribui para a construção de identidades, de sujeitos que não apenas vivem a história, mas participam ativamente de sua construção e exercem, no cotidiano, um dos direitos básicos da cidadania: o acesso à educação e ao conhecimento.

Nesse sentido, acreditamos que as distintas abordagens e perspectivas teóricas, políticas e pedagógicas do ensino e aprendizagem de História, as múltiplas interpretações que perpassam o debate curricular, devam ser tratadas com uma riqueza de debate própria ao espaço público. O movimento de reformulação curricular constitui um espaço e um tempo privilegiados para a formulação e o debate de proposições sobre o ensinar e aprender História. As narrativas produzidas de forma coletiva e democrática constituem referenciais potencializadores de novas reflexões e práticas educativas em História.

Este documento objetiva apresentar as proposições debatidas e formuladas com profissionais da educação do estado de Pernambuco, envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em História. Está organizado em três partes: a primeira, apresenta os princípios teórico-metodológicos, as concepções historiográficas e pedagógicas norteadoras da Proposta de Parâmetros Curriculares de História, a segunda e terceira apresentam a arquitetura curricular da proposta, organizada em núcleos conceituais e temáticos e

expectativas de aprendizagem. No fim, são descritas as referências utilizadas na construção do texto curricular e uma bibliografia complementar.

Desejamos que os princípios, os desafios e as perspectivas do ensino e aprendizagem de História, expressos nesse movimento de reconstrução curricular, possam convergir, no sentido de assegurar uma experiência gratificante para gestores, professores e estudantes, nas diferentes realidades escolares do estado de Pernambuco!

1 ESCOLA, SUJEITOS E SABERES

No tempo presente, pesquisadores, formadores, gestores e professores brasileiros, de um modo geral, compreendem a escola como um espaço complexo de debates de diferentes propostas de construção e socialização de saberes. Um espaço de formação dos indivíduos, de produção e reprodução de culturas, saberes, idéias e valores. De acordo com o artigo 11 das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2010), “a escola de Educação Básica é o espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País.” Em outras palavras, a escola constitui um espaço democrático, no qual diversas possibilidades de aprender e ensinar estão presentes. Lugar de diversidade, de construção de identidades e saberes.

É certo que a formação histórica dos sujeitos, assim como o processo de aprendizagem, ocorre também em outros espaços educativos, nos diversos tempos da vida. Isso não significa desvalorizar o papel da escola, da educação escolar, como lugar de aprendizagem e desenvolvimento humano. Ao contrário, a escola continua a ser um espaço de enorme importância para os diversos segmentos da população brasileira, sobretudo para os que não dispõem, por exemplo, de bibliotecas, laboratórios e computadores em casa (SILVA e GUIMARÃES, 2007). A escola é um local, portanto, para convívio em torno dos saberes, pois oferece oportunidades para a exposição, o debate e a solução de dúvidas, assim como para a apresentação e a discussão de conquistas e aprendizagens alcançadas por estudantes e professores.

A História, como um campo de saber, componente curricular do núcleo da formação básica obrigatória, conforme definido no Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, desempenha um papel educativo, cultural e político no espaço escolar. Sua relação com a construção da cidadania é explícita e pressupõe o diálogo, que perpassa as diferentes áreas e espaços de produção de saberes. Nesse sentido, é essencial localizar, no campo da História, questões/temas/problemas considerados significativos para os estudantes, considerando-se a multiplicidade de culturas, etnias, grupos sociais que forma a comunidade escolar.

A escola constitui um campo de relações, de sujeitos (professores e alunos), de saberes plurais (sociais, experienciais, científicos, escolares...) e práticas (culturais, políticas, pedagógicas...). Concordando com Sacristán (1998), o papel do professor, no caso de História, é de um agente ativo, decisivo na seleção e concretização dos conteúdos e dos significados dos currículos. No entanto, o professor não está sozinho frente aos estudantes e aos saberes. Nas interações, no entrecruzamento das relações entre os sujeitos, nos saberes e práticas em que se configuram determinadas culturas, os professores leem, interpretam, traduzem, reproduzem, produzem, re/constroem propostas curriculares que lhes são apresentadas, seja pelas instituições e prescrições administrativas ou pelos livros didáticos, materiais e fontes, seja pelas demandas da mídia, do mercado, da comunidade, das famílias e dos próprios estudantes. Trata-se, pois, de um exercício complexo, um ato político, cultural e pedagógico.

A História e as demais disciplinas que compõem o currículo não são meros espaços de vulgarização de saberes, nem tampouco de adaptação, transposição das ciências de referência, mas sim de criações históricas e sociais singulares, que constituem a cultura escolar, ou melhor, as culturas escolares em sua heterogeneidade. Como argumenta Forquin (1993, p. 17), ela é "dotada de uma

dinâmica própria [...], sustentando com as outras dinâmicas culturais [...] relações complexas e sempre sobredeterminadas, de nenhum modo redutíveis, em todo caso, aos processos de simples reflexo [...]”. Nesse sentido, Vidal (2003, p. 19), afirma que ela é “constituída pela apropriação criativa de modelos, baseada na relação entre determinantes sociais e históricas e as urgências próprias da organização e do funcionamento escolares”.

Os professores têm autonomia, questionam, criticam, subvertem os saberes e as práticas no cotidiano escolar. Promovem mediações entre sujeitos (estudantes, professores, gestores), saberes de diferentes fontes (livros didáticos, fontes históricas, imprensa escrita, audiovisual e digital, textos literários e científicos, produções cinematográficas, jogos e outros), práticas institucionais, burocráticas e comunitárias, em contextos muito diferenciados. Nessa trama relacional, é imprescindível a valorização do papel do professor, de sua formação, autonomia e das condições do trabalho docente.

O processo de aprendizagem e de construção do saber é um ato coletivo. Envolve, professores e alunos em sua realização. As expectativas de aprendizagem são propósitos, que queremos alcançar e expressam o que e para que aprender determinadas habilidades, valores e conhecimentos. Revelam intencionalidades educativas debatidas, apropriadas, reelaboradas em salas de aula, nas relações entre professor, aluno e conhecimento. Traduzem direitos de aprendizagem relacionadas ao estudante, no exercício de sua cidadania.

O professor, como mediador e incentivador do processo de aprender, deve somar e articular os “seus” objetivos (da sociedade) aos dos alunos. Para tanto, é fundamental reconhecer o protagonismo do aluno, nas diferentes etapas e modalidades da educação. Em História, dizemos que o aluno não é uma tabula

rasa, expressão latina que nos indica algo como uma página em branco, a ser preenchida; um ser desprovido de consciência, de conhecimentos. Ao contrário, o aluno é um ser social completo. Tem vida própria fora da escola, participa de outras organizações, vivencia outras experiências em outros lugares com outras pessoas, com as quais convive e aprende. Ou seja, possui ideias, valores, concepções, informações, conhecimentos múltiplos, que podem ser o ponto de partida dos caminhos a percorrer na escola. Os saberes construídos pelos alunos, em diferentes espaços e por diversos meios, constituem uma base que deve ser valorizada na formulação das expectativas de aprendizagem. O professor deve possibilitar e incentivar a manifestação dos interesses, curiosidades e anseios dos alunos que não apenas participam da história, mas fazem história!

A História, como componente curricular escolar, não é uma instância burocrática e repetitiva de transmissão de saberes prontos e acabados, elaborados por especialistas, mas um espaço em que a busca de respostas é formulada de formas diversas, com base nas relações entre alunos, professores e conhecimentos. Aprender é estabelecer relações!

2 ENSINAR E APRENDER HISTÓRIA

2.1 PARA QUE ENSINAR E APRENDER HISTÓRIA

As diretrizes e propostas curriculares para o ensino de História, vigentes na educação básica brasileira, são frutos de transformações ocorridas nas políticas educacionais, conquistadas, a partir de lutas de professores e pesquisadores e expressas na Constituição Federal de 1988 e na LDB, Lei 9394/96. Dentre as mudanças que se tornaram realidade, no contexto sociopolítico, econômico e cultural dos anos 1990, destacamos algumas consideradas avanços significativos para a área: a extinção das disciplinas Estudos Sociais, EMC (Educação Moral e Cívica), OSPB (Organização Social e Política), na educação básica, e EPB (Estudos dos Problemas Brasileiros), no ensino superior; as reformas curriculares nos cursos superiores de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, que também foram, paulatinamente, extintos; o fortalecimento das Licenciaturas em História – espaços de formação de professores para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio – e dos Cursos de Pedagogia, como formadores de professores para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental; a política pública de avaliação, aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos, por meio da consolidação do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) e da implantação do PNLDEM (Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio) do PNLDEJA (Programa Nacional do Livro Didático da Educação de Jovens de Adultos). Ressaltamos, também, as experiências de reformulação curricular realizadas, de forma democrática, no âmbito dos estados e municípios, bem

como o desenvolvimento de programas e projetos de formação docente, em diversas regiões do território nacional.

Os debates, a literatura acadêmica e didática, as diretrizes legais e documentos curriculares explicitam os objetivos, as intencionalidades, posições políticas e teóricas que configuram o papel e o lugar da História no currículo escolar. Isso nos remete a algumas perguntas: para que ensinar e aprender História? Por que são endereçados às escolas determinados conteúdos específicos, selecionados, elaborados em diferentes lugares de produção? Como os currículos de História operam no sentido de selecionar *para que, o que e como ensinar em História?* Como os professores, em sala de aula, se apropriam dessas prescrições? Como questiona Boschi (2007): *por que é importante aprender História?*

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, os objetivos da disciplina História na educação básica estão voltados à formação do cidadão, ao desenvolvimento da capacidade de: “valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades” (p. 43). Esses objetivos corroboram as finalidades da educação nacional, definidas no artigo 2, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394-96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, implantadas em 2010. Segundo o artigo 1º das “Diretrizes”, as metas ali delineadas baseiam-se no “direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania”. Os PCNs de História (1997) também reiteram essas proposições e delas se aproximam, ainda que com limites, como apresentados por pesquisadores do ensino de História, nas últimas décadas do século passado. De acordo com Franco (p. 53, 2009),

[...] as atuais prescrições para o ensino de História baseiam-se em alternativas ao tradicional saber histórico escolar, construídas, [...] quando o

etnocentrismo cultural e os regimes autoritários passaram a ser duramente combatidos pelos movimentos sociais que defendiam a formação de cidadãos mais críticos e participativos [...]. Nesse contexto, o saber histórico escolar vem sofrendo modificações com o intuito de favorecer a discussão de como o processo histórico constrói-se no confronto de indivíduos e grupos que se movem conforme múltiplas temporalidades, projetos e práticas sociais. Modificações que tiram do silêncio sujeitos históricos, até então marginalizados e desqualificados e dão voz, dessa forma, a diferentes versões da história elaboradas conforme os interesses de vários grupos sociais, a partir da valorização e interpretação de diversas fontes históricas. Versões da história que, através de um método de ensino dialógico, precisam ser discutidas e interpretadas pelos alunos, com o auxílio do professor, como verdades histórico-sociais...

Desse modo, há uma relação intrínseca entre ensinar e aprender História e a construção da cidadania, nos diversos contextos. A História, como disciplina escolar, tem o papel de contribuir para a formação da consciência histórica dos homens; possibilita a construção de identidades; a elucidação do vivido, a análise e crítica da realidade; potencializa a intervenção social, a práxis individual e coletiva. O estudo da História possibilita a compreensão da experiência humana pelos sujeitos, cidadãos capazes de pensar e agir sobre a realidade. Nessa perspectiva, a cidadania não é algo abstrato, nem é algo apenas herdado via nacionalidade, nem se liga a um único caminho de transformação política. Tampouco se deve restringir a condição de cidadão à de mero trabalhador, eleitor e consumidor. A cidadania possui um caráter humano e construtivo, em condições concretas de existência.

Bittencourt (2003), em pesquisa realizada nos anos 1990, identificou em várias propostas curriculares de ensino de História das unidades federativas, produzidas nesse período, um conceito de cidadania limitada à esfera política (formação do eleitor do Estado democrático liberal). A autora defende a ampliação do conceito de cidadania, com a introdução e a explicitação de cidadania social, que envolve os diversos direitos e os movimentos sociais como ecológicos, feministas, dos sem-terra, dentre outros. Confere, assim, outra dimensão aos objetivos da História quanto ao seu

papel na formação política dos alunos. Trata-se de ampliar e não restringir, nem simplificar ou banalizar a concepção de cidadania, o que demanda dos professores de História, outras posturas em relação às temporalidades históricas, à cidadania no ensino de História, no contexto em que vivemos.

Segundo Joán Pagès (2011, p. 20), educador espanhol, as contribuições do ensino de História para a formação da cidadania podem ser muitas e variadas. Dentre as principais, o pesquisador ressalta a capacitação dos alunos para que: a) construam um olhar lúcido sobre o mundo e um sentido crítico; desenvolvam o pensamento histórico, a temporalidade, a historicidade, a consciência histórica; b) adquiram maturidade política ativa e participativa como cidadãos do mundo; c) relacionem passado, presente e futuro e construam sua consciência histórica; d) trabalhem sobre problemas e temas sociais e políticos; sobre temas e problemas contemporâneos; e) aprendam a debater, a construir suas próprias opiniões, a criticar, a escolher, interpretar, argumentar e analisar fatos; f) desenvolvam um sentido de sua identidade, respeito, tolerância e empatia em relação às demais pessoas e culturas; g) analisem o modo como se elaboram os discursos; aprendam a relativizar e a verificar os argumentos dos demais; h) defendam os princípios da justiça social e econômica e rechacem a marginalização das pessoas.

Portanto, a história ocupa um lugar estratégico, no currículo da educação básica, pois, como conhecimento e prática social, pressupõe movimento, contradição, um processo de permanente re/construção, um campo de lutas. Como afirma Boschi (2007), a história faz parte do nosso cotidiano, nos ensina a viver, nos ajuda a compreender a ação dos homens em sociedade e a nos posicionarmos diante dela.

2.2 O QUE E COMO ENSINAR E APRENDER EM HISTÓRIA

No debate, na busca de respostas, de novas possibilidades de conhecimento, novas expectativas de aprendizagem, no universo de ampliação de temas, problemas e abordagens, livros e materiais didáticos, o professor deve estar atento para a questão de que ninguém poderá aprender, nem ensinar tudo de tudo. O trabalho de selecionar, eleger é uma exigência permanente. Um currículo de História é processo e produto de concepções, visões, interpretações, escolhas de pessoas ou de algum grupo em determinados lugares, tempos, circunstâncias. Os conteúdos, os temas e os problemas de ensino de História — quer aqueles selecionados por formuladores das políticas públicas, pesquisadores, autores de livros e materiais da indústria editorial, quer os construídos pelos professores na experiência cotidiana da sala de aula — expressam opções, revelam tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos; enfim, relações de poder.

Segundo o historiador inglês Jenkins,

[...] nenhum historiador consegue abarcar e assim recuperar a totalidade dos acontecimentos passados, porque o conteúdo desses acontecimentos é praticamente ilimitado. [...] nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual era. A História, (para o autor), está sempre fadada a ser um constructo pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como narrador... O passado que conhecemos é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio presente (2005, p. 31-33).

Nessa perspectiva, a história ensinada é construção, produto de múltiplas leituras, interpretações de sujeitos históricos situados socialmente. O currículo, assim como a História, não é um conjunto neutro de expectativas, conhecimentos escolares a serem ensinados, apreendidos e avaliados. Como define Sacristán, o currículo é uma construção social, "um projeto seletivo de cultura,

cultural, social, política e administrativamente condicionado” (1998, p.34). Um currículo de História é sempre fruto de escolhas, uma opção cultural, teórica, política e pedagógica.

Os conteúdos (o que ensinar), os saberes históricos selecionados e sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) implantados pelo MEC – Ministério da Educação, a partir de 1997, apontam uma organização curricular por eixos temáticos, desdobrados em subtemas. Para os quatro anos/séries iniciais do Ensino Fundamental¹, foi proposto o estudo de dois eixos temáticos: i) História local e do cotidiano, subdividida em dois subitens: ‘Localidade’ e ‘Comunidades indígenas’; ii) História das organizações populacionais, subdividida em: ‘deslocamentos populacionais’, ‘organizações e lutas de grupos sociais e étnicos’ e ‘organização histórica e temporal’. Para os anos/séries finais do Ensino Fundamental, os PCNs (1998) propõem outros dois eixos temáticos: i) História das relações sociais, da cultura e do trabalho, subdividida em: ‘As relações sociais, a natureza e a terra’, e ‘As relações de trabalho’; ii) ‘História das representações e das relações de poder’, desdobrada também em dois subitens: ‘nações, povos, lutas, guerras e revoluções’; ‘cidadania e cultura no mundo contemporâneo’. Além disso, o documento curricular estabelece, como temas transversais, Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo. As proposições curriculares para o ensino médio, “Orientações Educacionais Complementares” publicadas pelo MEC, nos anos 2000, de forma semelhante às do ensino fundamental, propõem quatro eixos temáticos para o ensino de História: Cidadania: diferenças e desigualdade; Cultura e trabalho; Transporte e comunicação no caminho da globalização; Nações e nacionalismos. Esses eixos são

1 Em 1997 e 1998, anos de publicação dos PCNs, ainda não havia sido promulgada a Lei que ampliou para nove anos a duração do ensino fundamental. Assim, esse documento baseia-se na nomenclatura da época em que o ensino fundamental era dividido em 1ª a 4ª séries (ensino fundamental I ou 1º e 2º ciclos) e 5ª a 8ª séries (ensino fundamental II ou 3º e 4º ciclos).

subdivididos em vários temas e norteiam-se por uma delimitação mais geral de conceitos históricos básicos (memória, tempo, processo histórico, cidadania, cultura, trabalho) e habilidades para o trabalho com História.

A organização dos currículos de História por temas e problemas foi gestada no debate curricular ocorrido no Brasil, nos anos 1980, em diálogo com experiências europeias. Tal proposição constituía uma alternativa à estrutura curricular tradicional, que privilegiava a organização cronológica linear, baseada em fatos/ marcos da história europeia, integrados, quando possível, aos fatos/marcos da história da nação brasileira. Era, assim, uma resposta crítica ao “quadripartismo francês” (Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea) e à versão marxista da organização curricular, por meio dos modos de produção (Primitivo, Escravista, Feudal, Capitalista e Socialista). Os dois modelos acabam difundindo o eurocentrismo, tradicionalmente norteador do ensino de História no Brasil, por meio de currículos, da educação básica e superior e de livros didáticos.

A opção por temas representava uma insubordinação “ao império do fato”, “ponto de localização de significações e lugar onde é entrevista a realização da História”, como analisou Carlos Vesentini. Na obra **A teia do fato** (1997), o autor nos alerta: “alguns fatos são difundidos, impondo-se no conjunto do social antes da possibilidade de qualquer reflexão específica voltar-se para o seu exame” (p.19). A organização dos conteúdos por temas e problemas passou a ser um desafio teórico e metodológico, uma postura crítica ante as tramas da produção e difusão do conhecimento histórico.

O texto curricular dos PCNs (1997), ao propor um tema amplo para o 2º ciclo, referente ao que hoje é denominado 4º e 5º anos do ensino fundamental, estimulou professores e estudantes a problematizarem e compreenderem temas/dimensões da

História do Brasil. Possibilitou enfrentar um velho problema e dar uma resposta a algo que muito incomodava os educadores, em diferentes realidades: o fato de o estudante concluir essa fase da escolaridade sem ter contato com a história do Brasil, para não dizer conhecimento dela. Os antigos programas de ensino de Estudos Sociais, predominantes nos anos 1970 e até 1980, em geral, encerravam o ciclo dos primeiros quatro anos do então ensino de 1º grau (hoje ensino fundamental) com o estudo da história regional, do município e/ou do estado (unidade da federação em que vive o estudante), de forma estanque e fragmentada. O mesmo ocorria com os estudos de Geografia. Levando-se em conta que grande parte dos estudantes brasileiros não ultrapassava, naquele período, os limites da 4ª ou da 5ª série, devido aos elevados índices de evasão e repetência, muitos encerravam ou interrompiam a escolaridade sem conhecer aspectos significativos da História e da Geografia do Brasil. Aqueles que prosseguiram os estudos chegavam, em regra, à então 5ª série (que, hoje, seria o 6º ano) sem uma base conceitual e temática das disciplinas, sem conhecimentos mínimos de História e de Geografia do Brasil.

O estudo de temas e problemas da História do Brasil, nos anos iniciais do ensino fundamental, nos anos 1990, foi uma mudança curricular relevante no seio de conquistas maiores: o fim das disciplinas “Estudos Sociais” e correlatas, tais como “Formação Social e Política, Integração Social”; a separação das disciplinas História e Geografia e, como decorrência, a posterior produção e adoção de livros didáticos específicos para cada uma das disciplinas, nessa etapa de formação. A implantação dessas medidas em âmbito nacional – em muitos estados e municípios elas estavam sendo realizadas desde o fim da ditadura – estimulou o debate acerca do objeto de estudo e do papel da História para a formação das identidades e da cidadania, desde os primeiros anos de escolaridade (Guimarães, 2012). Nesse sentido, potencializaram-se

as investigações no âmbito acadêmico, o repensar da formação de professores e os investimentos em produção de livros e materiais didáticos e paradidáticos, voltados para a aprendizagem da História, no âmbito da educação das crianças.

Essas propostas de saber estão sendo repensadas. O movimento curricular é dinâmico. Novas pesquisas, experiências didáticas, projetos de ensino e aprendizagem, construções curriculares evidenciam uma rica diversidade. Nesse repensar, duas questões são indissociáveis: o que ensinar e como ensinar. Algumas proposições vêm-se consolidando entre nós e produzindo resultados exitosos na aprendizagem em História por crianças, jovens, adultos e pessoas idosas.

Está em curso, há alguns anos, um processo de alargamento do campo da história ensinada, evidenciado na ampliação do universo de temas, problemas estudados e de materiais/fontes utilizadas no ensino de História. Há experiências exitosas que visam a tornar acessível aos alunos uma pluralidade de fontes com diferentes versões da história. Essas versões, que eram recorrentes na historiografia debatida e ensinada nas Universidades são, cada vez mais, incorporadas à história ensinada na educação básica, por meio de textos didáticos e paradidáticos, de revistas, jornais de História destinados ao grande público, filmes e outros materiais de ampla divulgação. A história única, verdade absoluta que privilegia alguns heróis, mitos e fatos da memória oficial, é revista e reelaborada por meio de outras leituras, fontes e versões que enfatizam a história como uma construção. Logo, múltiplas leituras são mobilizadas e confrontadas nas aulas de História, o que requer a necessária e permanente atualização, investigação e incorporação de diferentes fontes, respeitando-se as especificidades de cada uma delas e seus diálogos.

O trabalho pedagógico fundamentado em práticas interdisciplinares,

que articulam temas históricos aos demais componentes curriculares, apesar de se mostrar como tarefa complexa, que requer uma concepção de educação e de conhecimento interdisciplinar, envolvimento individual e coletivo dos diferentes agentes educativos, tem-se configurado, na prática, como ricas possibilidades de aprendizagem e construção de saberes, valores e habilidades.

Além disso, publicações e apresentações em eventos científicos expõem experiências didáticas, realizadas em escolas de diferentes lugares do Brasil, que articulam o ensino e a pesquisa ou que têm como pressuposto do ensino de História, a pesquisa desenvolvida por meio de projetos. O desafio, em muitas realidades, permanece o mesmo apontado desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990: não banalizar o conceito de “pesquisa”, confundido muitas vezes com “cópia” de textos produzidos por outros, antes (nos anos 1980, por exemplo) capturados em enciclopédias e livros e, na atualidade, em sites que disponibilizam “trabalhos escolares” prontos sobre diversos assuntos. Mudaram-se as fontes, os recursos tecnológicos. Mas, o procedimento de reprodução acrítica de informações históricas ainda permanece em muitas situações. Sem incorrer em generalizações, às vezes, o trabalho do estudante (da educação básica à universidade) é imprimir o texto e entregar ao professor. Os projetos e demais trabalhos escolares, que envolvem pesquisa, requerem orientação, acompanhamento, discussão e avaliação em todas as fases, desde a problematização até a publicização dos resultados. Para a formação da consciência histórica, é importante o aluno compreender, desde os primeiros anos, que a História é uma construção elaborada a partir da coleta, análise e confronto de fontes. Alunos e professores podem escrever, narrar, contar história.

Outra metodologia de ensino de História que tem sido recorrente é a prática de construção de conceitos nas aulas de História. Para

Schmidt e Cainelli (2004), esse trabalho no ensino de História requer respeito pelo conhecimento e pelo conjunto de representações que o estudante traz para a sala de aula. Tendo como referência suas representações, “o estudante tem a possibilidade de efetivar suas próprias ideias sobre os fenômenos do mundo social” (p.61-62). Os conceitos são denominados possibilidades cognitivas pelas autoras. Alguns são considerados chaves para o processo de compreensão da História, tais como tempo e espaço, fontes históricas, sujeito histórico, trabalho e cultura, sociedade e relações sociais de gênero, classe, grupos étnico-raciais. Como possibilidades cognitivas, podem ser desenvolvidas desde os primeiros anos de escolarização. Experiências significativas, nesse sentido, têm sido objetivadas, no cotidiano escolar, envolvendo a história de vida dos estudantes, a história local, a história oral, documentos e objetos biográficos do aluno, da família e da comunidade.

Ao mesmo tempo, aumenta no Brasil a educação patrimonial como parte do processo de aprendizagem histórica, ampliando a leitura do mundo e a compreensão de trajetórias temporais e históricas. O trabalho pedagógico com os diferentes lugares de memória (museus, arquivos, bibliotecas, monumentos, objetos, sítios históricos ou arqueológicos, paisagens, parques ou áreas de proteção ambiental, centros históricos urbanos ou comunidades rurais) e com as manifestações populares (as cantigas, as religiões, os hábitos e costumes, os modos de falar, de vestir e outras manifestações culturais) contribuiu para a formação do respeito à diversidade, à multiplicidade de manifestações culturais. Focalizar, desde os primeiros anos de escolaridade, os elementos que compõem a riqueza e a diversidade cultural dos diversos grupos étnicos que formaram, que fizeram a história do nosso país, certamente, propicia o respeito, a valorização das diferentes culturas, sem distinguir, hierarquizar ou discriminar umas como melhores do que outras.

Conforme foi explicitado anteriormente, o professor, ao ensinar História, incorpora à aprendizagem escolar as noções construídas no processo de socialização do estudante, no mundo vivido fora da escola, na família, no trabalho, nos espaços de lazer, nos diversos ambientes sociais e educativos etc. A constituição identitária do estudante/cidadão se faz ao longo da vida, em diversos espaços, entre eles a escola. Esse exercício exige reconhecer como fontes do ensino de História todos os veículos, materiais, vozes, indícios que colaboram para a criação e difusão do conhecimento, responsáveis pela formação do pensamento crítico: os meios de comunicação de massa (rádio, TV, imprensa em geral), a internet e os espaços virtuais, a literatura, o cinema, fontes orais, monumentos, museus, arquivos, objetos, poemas, canções, além de documentos impressos e textuais e de fontes iconográficas. Os livros didáticos e paradidáticos como fontes, suportes de trabalho, também propiciam o acesso de estudantes e professores à compreensão desse universo de linguagens. Ao explorar diferentes linguagens no processo de ensino de História, assumimos não só a estreita ligação entre os saberes escolares e a vida social, mas também a necessidade de (re)construirmos o nosso conceito de ensino e aprendizagem. Esse trabalho pedagógico requer diálogo com outras fontes e os distintos campos de saber, reconhecendo-se e respeitando-se as especificidades das diversas linguagens.

Uma problemática pedagógica relevante no atual debate curricular é a relação entre a alfabetização, de modo mais específico, o domínio da escrita e da leitura e a aprendizagem em História pelos estudantes nas diferentes etapas da educação básica. A concepção de História como disciplina formativa exige metodologias, envolvendo leitura e escrita, desde o início do processo de alfabetização, nos primeiros anos de escolaridade, até a conclusão do ensino médio (e pode continuar na educação superior). Uma das preocupações frequentes dos professores de

História em relação à aprendizagem diz respeito às dificuldades (ou mesmo *déficits*) na capacidade de comunicação, de leitura e escrita dos alunos em todos os níveis de ensino, o que interfere na compreensão e análise crítica das fontes e textos históricos.

Segundo as Diretrizes Nacionais Curriculares, “ao longo dos três primeiros anos da educação básica o foco central da formação deve ser a alfabetização” (Item II, artigo 24, 2010). Esse “privilegio” da alfabetização não significa que se deva excluir o ensino de História, Geografia e Ciências, mas que, além da própria alfabetização nessas áreas, o trabalho nelas desenvolvidos pode/deve também, ao mesmo tempo em que se volta para o ensino de História, ser uma atividade fundamental no processo de desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Exemplo: podem-se realizar aulas de leitura por meio da interpretação de textos históricos, assim como trabalhar com a produção de textos focalizando temas de História. A leitura propicia a aprendizagem em História, é inerente à atividade de construção de saberes históricos. As aulas de História não podem ser espaços, como alerta Aisenberg (2012), nos quais apenas se usa a leitura para ensinar História, mas em que se ensina a ler e a escrever. Em outras palavras, as atividades de ensino e aprendizagem em História podem favorecer a aquisição de habilidades cognitivas e linguísticas como a compreensão leitora, a expressão oral e escrita, a capacidade de descrever, definir, comparar, explicar, argumentar e justificar. Assim, em diversas situações e atividades educativas é possível articular o desenvolvimento dessas habilidades à aprendizagem histórica.

O “foco na alfabetização” não implica perder de vista as múltiplas dimensões que o processo de alfabetização envolve, pois, como nos ensinou Paulo Freire, ler é ler o mundo (Freire, 2001). Logo, não podemos aprender a ler as palavras sem buscar a compreensão do mundo, da história, da geografia, das experiências humanas construídas nos diversos tempos e lugares. Isso requer dos

educadores outra concepção de aprendizagem da Língua Portuguesa e da História. Muitos professores pelo Brasil afora ainda questionam se “é possível ensinar História sem antes alfabetizar (ler e escrever)?” Cabe questionar o inverso: “é possível alfabetizar sem ensinar História”? (Guimarães, 2009). É possível, sim, alfabetizar as crianças, ensinando e aprendendo História. Aprender história é ler e compreender o mundo em que vivemos!

2.3 O ESTUDO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

Desde os anos 1970, vivenciamos, na sociedade brasileira, a organização de movimentos sociais de diversos atores como mulheres, operários, trabalhadores do campo, negros, indígenas, jovens e tantos outros. Intensificaram-se as lutas contra as desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais, contra as variadas formas de racismo, preconceitos, marginalização e práticas discriminatórias, de exclusão e violência. Esses movimentos se foram interpenetrando por meio de demandas específicas no campo da cultura, da educação e da cidadania. Alcançaram vitórias expressivas na elaboração da Constituição Federal de 1988 e, paulatinamente, vários projetos e políticas sociais foram conquistadas no campo da previdência social, saúde, educação, cultura, trabalho e renda, desenvolvimento rural, igualdade racial e igualdade de gênero. Novos marcos jurídicos e ações afirmativas, como, por exemplo, o estabelecimento do sistema de cotas nas instituições de ensino superior, passaram a ser construídas na área da cultura e da educação de afrodescendentes e indígenas, visando à superação das desigualdades raciais e sociais.

Nesse contexto, no ano 2003, foi sancionada pelo presidente da República, a Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que “altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece

as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências". Em 2004, foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Resolução nº 1 do CNE, de 7 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes. Esses documentos representam o resultado de um processo de lutas dos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro.

As alterações na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, foram efetivadas com o acréscimo de dois artigos que se referem ao ensino de História:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003).

Parágrafo 1º – O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003).

Parágrafo 2º – Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (...); (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003).

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra" (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003).

A mudança do texto legal prevê a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura da África e Afrobrasileira, define "o que ensinar", "o conteúdo programático", "resgatando" a importância do estudo da luta dos africanos e afro-brasileiros, da História e da cultura destes povos. O parágrafo 2º do artigo 26-A estabelece que os conteúdos devam ser objeto de todas as disciplinas, em especial

das disciplinas Educação Artística, Literatura e História Brasileira. Registre-se que não é objeto exclusivo da disciplina História, mas também das correlatas.

O artigo “79-B” das “Disposições Gerais” incluiu no calendário escolar o dia 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. Trata-se de uma referência à memória (dia da morte) de Zumbi dos Palmares, um dos principais líderes da luta pelo fim do regime escravocrata. Para muitas lideranças dos movimentos sociais e historiadores, a institucionalização do dia 20 de novembro no calendário escolar é um contraponto à memória oficial.

A ampliação e o aprofundamento das lutas e as demandas dos movimentos por mudanças nas políticas sociais provocaram novas alterações na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). A Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008 determinou a obrigatoriedade da inclusão do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos ensinos fundamental e médio, públicos e privados. Nesse contexto, essa Lei Federal é fruto do processo de organização e lutas dos movimentos sociais, sobretudo, dos povos indígenas. Foram feitas alterações e modificações no artigo “26-A” e respectivos parágrafos, que passaram a ter a seguinte redação:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

As alterações e modificações inseridas pela Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, não invalidaram nem revogaram as leis anteriores, mas acrescentaram os pressupostos dos estudos referentes à questão indígena. Esse complemento refere-se ao conteúdo, uma vez que vários outros aspectos importantes em relação à educação escolar indígena possuíam regulamentação.

Desde então, os movimentos e organizações sociais vêm atuando junto às diferentes esferas de governo, instituições culturais e educacionais da sociedade, no sentido de promover um conjunto de ações, visando à implementação da Lei. Nesse sentido, em 2009, o MEC, lançou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Brasileira e Africana. As propostas ultrapassam as fronteiras das aulas de História, envolvendo vários sujeitos e espaços. Um dos elementos referidos no Plano é o caráter interdisciplinar da temática etnicorracial. A abordagem interdisciplinar no ensino e aprendizagem de história e cultura afro-brasileira e indígena é crucial, pois reafirma o diálogo da história com os campos do conhecimento, como geografia, sociologia, antropologia, linguística, literatura, filosofia e outros. O caráter dialógico favorece a compreensão das singularidades, dos processos históricos, dos intercâmbios culturais, das contribuições mútuas, das contradições em processo. A postura interdisciplinar alarga o campo de formação de alunos e professor, assim como facilita a incorporação de diversificadas fontes e problemas. Desse modo, evitam-se as armadilhas do etnocentrismo, do privilégio da visão exterior e superior determinando o curso da história. Desse modo, assume-se uma atitude histórica que “não será uma atitude vingativa, nem de autossatisfação, mas um exercício vital de memória coletiva” (Ki-Zerbo, 2010, p. LIII). Evita-se o retorno aos maniqueísmos (herói X vilão, dominante X dominado), à idealização e romantização de modos de ser e viver na história (Guimarães, 2012, p. 87).

Dentre as metas delineadas para o ensino fundamental, ressalta-se a de “assegurar formação inicial e continuada aos professores e profissionais desse nível de ensino, para a incorporação dos conteúdos da cultura afro-brasileira e indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-raciais” (BRASIL, 2006, p.48-49).

Essa meta merece especial atenção dos educadores e gestores. É de conhecimento geral que, desde a implantação da Lei nº 10.639 em 2003, experiências educativas têm sido desenvolvidas nas várias regiões do Brasil. Há um esforço coletivo que vai desde a produção e utilização de materiais pedagógicos sobre a temática em sala de aula até a pesquisa, produção e socialização de saberes e práticas em diferentes áreas e espaços. No Estado de Pernambuco, foram promovidos Fóruns², oficinas culturais e Cursos de Formação Continuada³, além da construção de Orientações Curriculares para a Educação em Direitos Humanos⁴.

No entanto, investigações na rede escolar de ensino público e privado, como por exemplo Silva (2011), identificaram contradições e dificuldades dos professores na prática docente, decorrentes da formação inicial. As razões teóricas, políticas e pedagógicas, narradas pelos professores, são múltiplas. Poucas delas são partilhadas e publicadas no meio escolar e acadêmico. Muitas se

2 Cf. Fórum Afro PE possui as funções de proposição, acompanhamento, consulta, sensibilização, informação e participação social em assuntos relativos à Educação para Diversidade Étnico-Racial, realizando a interação dos diversos atores necessários à implementação da temática. Disponível em <http://forumafrope.blogspot.com.br/ed> Acesso em 22 de julho de 2012.

3 Como exemplo, citamos: I Curso de Aperfeiçoamento em História, organizado em 2011, pela REDHIS (Rede de educadores em História, que reúne professores atuantes no Curso de Licenciatura em História da UFPE e professores de História da educação básica na rede pública da região metropolitana de Recife). Esse curso contou com um módulo sobre História da África Moderna e Contemporânea e outro sobre o uso das TICs no ensino da História. Resultou na elaboração de material didático no formato de DVD sobre a biografia de Mohamad Gardo Baquaqua (africano escravizado e libertado, que redigiu e publicou sua autobiografia no século XIX).

4 V. PERNAMBUCO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Caderno de orientações pedagógicas para a educação em direitos humanos**: rede estadual de ensino de Pernambuco/Secretaria de Educação. Recife: Secretaria de Educação, 2012.

perdem na rotina estressante do trabalho docente. Assim, faz-se necessário assegurar uma política de formação inicial e continuada dos professores e, condições de trabalho adequadas, não só para o ensino dessas temáticas, mas para as ações educativas multiculturalmente orientadas. Isso demanda transformações nos currículos, nos projetos pedagógicos dos cursos superiores, na formação dos formadores, de professores e também na gestão dos recursos.

Evidenciamos que projetos educacionais, com foco na construção de relações etnicorraciais positivas, no combate as práticas racistas, discriminatórias e excludentes avançam, significativamente no Brasil, em comparação ao que vivíamos há algumas décadas. Porém, ainda se encontram dificuldades, muitas ligadas à formação, à concepção excludente e discriminatória disseminada na cultura escolar e fora dela. Isso exige dos educadores ações permanentes contra todas as formas de racismo e discriminação. A temática história e cultura afrobrasileira e indígena no currículo da educação básica não constitui mero preceito legal, mas um posicionamento crítico, frente ao papel da História na luta pela superação de concepções racistas, em prol de uma educação inclusiva, republicana, libertadora, e plural.

3 OS PARÂMETROS CURRICULARES DE HISTÓRIA

3.1 NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS

O documento “Parâmetros para Educação Básica do Estado de Pernambuco” – História – apresenta uma proposta de organização curricular em núcleos conceituais e temáticos, por fundamentar-se na perspectiva de que ensinar História não significa apenas transmitir conteúdos históricos relacionados ao passado da humanidade, mas também e, principalmente, por contribuir para a formação do pensamento histórico nos estudantes. Pensamento através do qual dirigimos nosso olhar ao passado, para compreender problemas do presente, formamos nossa identidade social e, assim, refletimos e decidimos sobre nosso agir cotidiano. Conforme sintetiza Cerri (2011, p. 81-82): “[...] O objetivo maior é formar a capacidade de pensar historicamente e, portanto, de usar as ferramentas de que a história dispõe na vida prática, no cotidiano, desde as pequenas até as grandes ações individuais e coletivas...”

Os núcleos foram sistematizados de modo a contemplar conceitos e temas relevantes para a formação do pensamento histórico, por meio de um diálogo ativo entre sujeitos, tempos (presente e passado) e espaços (local, regional, nacional, mundial). Em cada um dos núcleos foi delineado um conjunto de expectativas de aprendizagem em História, ou seja, habilidades e conhecimentos, que se espera os alunos sejam capazes de desenvolver e alcançar, nas diferentes etapas da educação básica.

Elegeram-se três núcleos conceituais comuns a todas as etapas e modalidades de ensino, considerados estruturantes da construção do conhecimento histórico:

- Sujeito histórico: professores e alunos são concebidos como sujeitos da história e do conhecimento. Os múltiplos sujeitos sociais não apenas estão na história, mas participam, fazem a história, em sua identidade/diversidade; diferença; desigualdade; nas tensões; aproximações; distanciamentos; relações de poder entre diferentes grupos no fazer cotidiano;
- tempo: o tempo faz parte das nossas vidas. O tempo histórico é múltiplo e complexo, abrange várias dimensões que se interpenetram, se sobrepõem. O desenvolvimento desse conceito é processual, favorece a compreensão do mundo, “de onde viemos e para onde vamos”, ir além do aqui/ agora, do imediato, do efêmero e do presenteísmo. Possibilita ao estudante se situar, estabelecer uma relação ativa e crítica com as diferentes temporalidades (presente, passado e futuro), favorecendo a identificação, a compreensão das permanências e transformações, das diferenças e semelhanças, nas experiências humanas e sociais;
- fontes históricas: consideradas as “matérias-primas da história”. O aprendizado do fazer, do produzir saberes históricos, por meio da identificação, levantamento, leitura, problematização, seleção, interpretação e crítica, confronto e preservação de múltiplas fontes – oral, imagética, arquitetônica, material, escrita.

Os núcleos temáticos foram selecionados conforme a observação de questões/problemas relevantes para a formação da consciência histórica dos estudantes, na atualidade, e as sugestões das orientações curriculares vigentes para cada segmento de ensino: a) a experiência educacional, historicamente acumulada no âmbito do Estado de Pernambuco, explícita em diversos documentos

das políticas públicas, em particular nas diretrizes e orientações curriculares; b) as diretrizes curriculares nacionais, os parâmetros curriculares nacionais; as diretrizes curriculares para o ensino médio; os documentos/diretrizes do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio; c) os livros didáticos de História aprovados pelos Programas Nacionais do MEC.

No quadro síntese a seguir, estão apresentados os núcleos comuns e os distintos nas diferentes etapas e modalidades:

Síntese dos Núcleos Conceituais e Temáticos – HISTÓRIA		
EF – 1º a 5º ano	EF – 6º a 9º ano	EM – 1º a 3º ano
Núcleos Conceituais		
1. Sujeito histórico: identidade e diversidade	1. Sujeito histórico: identidade e diversidade	1. Sujeito histórico: identidade e diversidade
2. Tempo	2. Tempo	2. Tempo
3. Fontes Históricas	3. Fontes Históricas	3. Fontes Históricas
Núcleos Temáticos		
4. Cidadania, participação social e política	4. Relações de poder, cidadania e movimentos sociais	4. Relações de poder, cidadania e movimentos sociais
5. História Local, cotidiano, cultura e tecnologias	5. Organizações políticas e conflitos: povos, nações, lutas, guerras, revoluções	5. Organizações políticas e conflitos: povos, nações, lutas, guerras, revoluções
	6. Natureza, terra e trabalho	6. Natureza, terra e trabalho
	7. Sociedade, cotidiano, cultura e tecnologias	7. Sociedade, cotidiano, cultura e tecnologias
6. Histórias de Pernambuco: sujeitos, práticas culturais e experiências coletivas	8. Histórias de Pernambuco: sujeitos, práticas culturais e experiências coletivas	8. Histórias de Pernambuco: sujeitos, práticas culturais e experiências coletivas

3.2 EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM

As expectativas de aprendizagem delineadas neste documento representam uma proposta, uma contribuição ao debate, ao movimento de re/construção curricular. Acreditamos que mudar os currículos prescritos requer auscultar currículos vivos, culturas escolares, saberes, concepções, narrativas de professores, gestores, especialistas, crianças, jovens, adultos e pessoas idosas, livros e materiais didáticos e paradidáticos, práticas construídas e reconstruídas, na escola e fora dela. Mais que auscultá-los é preciso dialogar com eles. Professores e estudantes, protagonistas

do processo, trazem consigo saberes, valores, ideias, atitudes. A consciência histórica do sujeito começa a ser formada antes mesmo do início da escolarização e continua, no decorrer de sua vida, fora da escola, em diferentes espaços, por diferentes meios. A construção de um currículo de História que de fato objetive a formação de cidadãos críticos, requer a valorização permanente das vozes dos diferentes sujeitos, do diálogo, do respeito à diferença e o exercício da cidadania em todos os espaços.

Nesse sentido, as expectativas de aprendizagem propostas emergiram dos núcleos conceituais e temáticos, com o objetivo de detalhar os conhecimentos, habilidades e competências que se espera que os estudantes desenvolvam, em cada núcleo e estão apresentadas no quadro a seguir. É importante ressaltar que, nesse quadro, a numeração dos núcleos e expectativas não representa uma ordem hierárquica e fragmentada. Um mesmo conteúdo do programa de ensino conseguirá envolver várias das expectativas de aprendizagem, que compõem os núcleos conceituais e temáticos. Esse trabalho requer cuidados, para que não ocorram justaposições, simplificações, generalizações, naturalizações e anacronismos. O trabalho de localização espaço-temporal de qualquer tema/problema/evento, de identificação e problematização das especificidades e singularidades dos contextos históricos deve ser permanente e cuidadoso.

Esta proposta contém, portanto, uma base curricular comum para o ensino de História, mas flexível para que os professores em suas unidades escolares possam, num processo de discussão e construção coletiva, selecionar e organizar, de forma sistemática, os recortes temporais, os conteúdos e metodologias, estratégias e materiais, as fontes históricas que atendam às singularidades e demandas locais, na sua relação com a problemática da formação do cidadão, no contexto da sociedade global e multicultural em que vivemos.

As expectativas de aprendizagem elencadas nestes Parâmetros Curriculares de História podem ser desenvolvidas em sala de aula, por meio de variados recortes. Por exemplo, no núcleo temático 5, “Organizações Sociais, Políticas e Conflitos: Povos, Nações, Lutas, Guerras, Revoluções”, há várias possibilidades de abordagem da décima expectativa de aprendizagem, que se refere ao conhecimento das diferenças e semelhanças entre os movimentos de emancipação, desencadeados em várias regiões colonizadas da América, da África, da Ásia e da Oceania, destacando-se os movimentos emancipatórios ocorridos em Pernambuco e outras regiões do Brasil. Nos anos iniciais do ensino fundamental, em que o núcleo 5 focaliza a temática “História Local, Cotidiano, Cultura e Tecnologias”, os movimentos de emancipação podem ser estudados, numa perspectiva local ou regional, como proposto nas Orientações Teórico-Metodológicas para o Ensino Fundamental em Pernambuco (2011, p. 22). Nesse documento, propõe-se o estudo da “História do Estado” no 5º ano e a unidade III, “Pernambuco no Período Imperial”, há um item que aborda o papel de Pernambuco nos movimentos pró-independência do Brasil, com destaque para a Revolução de 1817. Esse recorte é ampliado nas OTMs dos anos finais do ensino fundamental (PERNAMBUCO, 2011, p. 31-36), ao indicar para o 8º ano o estudo de movimentos de emancipação das colônias da América, considerando: primeiro, as Treze Colônias Inglesas (Revolução Americana) e sua influência nos outros processos de independência; depois, alguns movimentos anticoloniais na América Latina, na primeira metade do século XIX, com destaque para aqueles que desencadearam a formação dos países Paraguai, Peru, Venezuela, Equador, nos quais a liderança dos criollos abafou os movimentos de caráter popular; e, por último, as revoltas anticoloniais, em diferentes regiões do Brasil, com destaque para a Revolução de Pernambuco em 1817. Na Proposta Curricular para o Ensino Médio Integral de Pernambuco, no 1º ano, enfatiza-se o estudo das lutas

anticoloniais centradas na Independência dos Estados Unidos e nos movimentos autonomistas no Brasil (Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana, Revolução Pernambucana de 1817), além do processo de separação política no Brasil (PERNAMBUCO, 2010, p. 24). Além desses recortes sugeridos nos documentos curriculares elaborados em Pernambuco, nos últimos anos, os livros didáticos aprovados nas últimas edições do PNLD, abordam os movimentos de emancipação das colônias americanas com múltiplos focos. Nos livros do Ensino Fundamental (BRASIL, 2010), para além do estudo do processo de independência das Treze Colônias Inglesas e do Brasil, há livros que sugerem a abordagem de outros processos, como a independência do Haiti, para focar não só movimentos liderados pela elite colonial, mas também por escravos.

Enfim, conforme se pode observar no exemplo anterior, para o estudo dos saberes históricos constituintes das expectativas de aprendizagem propostas nos Parâmetros de História, há várias possibilidades de recortes espaciais e temporais, algumas já efetivadas, outras que ainda podem ser construídas, atendendo a demandas da comunidade escolar e do tempo presente.

A apresentação das expectativas de aprendizagem de cada núcleo conceitual ou temático está desenhada em um único quadro, que inclui todos os anos da educação básica, dos anos iniciais do ensino fundamental ao ensino médio. O objetivo é explicitar a conexão horizontal e vertical entre as etapas de ensino e as expectativas de desenvolvimento da aprendizagem histórica, ao longo de toda a educação básica.

Para possibilitar melhor compreensão da relação estabelecida entre as expectativas e seus respectivos núcleos, optamos por apresentá-las, em forma de quadros divididos em três colunas:

1. Na primeira estão sistematizados os núcleos conceituais e temáticos, em que se alicerçam as expectativas de

aprendizagem. Esses núcleos poderão ser tratados ao longo dos anos que compõem cada nível/etapa, com variações conforme a especificidade do grupo.

2. Na segunda coluna, estão detalhados os conteúdos das expectativas de aprendizagem.
3. Na terceira coluna, estão discriminados os anos (etapas/fases) de escolarização em que cada expectativa deverá ser tratada. A coluna apresenta três cores que demarcam os momentos e os níveis de gradação do desenvolvimento de cada uma das expectativas de aprendizagem, a saber:

- a cor azul claro representa o momento em que uma expectativa de aprendizagem começa a ser abordada nas práticas pedagógicas, ainda que de forma não sistemática; significa possibilitar aos estudantes se familiarizarem com conceitos e temas relacionados à História;
- a cor azul celeste indica o momento em que uma expectativa de aprendizagem deve ser objeto de sistematização nas práticas; significa sedimentar conceitos e temas relacionados à História;
- a cor azul escuro indica o momento em que se espera que uma expectativa de aprendizagem seja consolidada, como condição para o prosseguimento, com sucesso, em etapas posteriores de escolarização; significa aprofundar conceitos e temas e expandi-los para novas situações.

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF Anos Iniciais					EF Anos Finais				EM						
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º				
1 SUJEITO HISTÓRICO: IDENTIDADE E DIVERSIDADE	EA1 – Perceber-se como sujeito social construtor da história e do conhecimento, responsável por participar da construção da sociedade.																
	EA2- Posicionar-se diante de acontecimentos da atualidade e acontecimentos de outros tempos históricos e espaços sociais, a partir da interpretação das relações entre eles.																
	EA3 – Compreender as histórias individuais como partes integrantes de histórias coletivas.																
	EA4 – Construir a identidade pessoal e social na dimensão histórica, a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos, simultaneamente, como sujeito e como produtor.																
	EA5- Reconhecer as ações cotidianas dos múltiplos sujeitos históricos como constituintes da história de determinada sociedade.																
	EA6- Compreender o caráter histórico e social das ações dos sujeitos nas esferas públicas (Estado, instituições oficiais, guerras civis e entre nações) e privadas do cotidiano (famílias, casas, ruas, festas, alimentação, escolas, fábricas).																
	EA7- Narrar o processo histórico de formação e transformação de uma organização social, através das ações dos múltiplos sujeitos nas esferas públicas e nas esferas privadas do cotidiano.																
	EA8 – Reconhecer semelhanças e diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais nos modos de viver dos indivíduos e grupos sociais, que pertencem ao seu próprio tempo (presente) e espaço de vivência (local) e entre estes e aqueles que viveram em outros tempos e lugares, sem classificá-los como mais “evoluídos” ou “atrasados”.																
	EA9 – Reconhecer especificidades e semelhanças, e estabelecer relações entre os modos de ser, viver e conviver dos grupos sociais e étnicos do campo e das cidades, no presente e, em outros contextos históricos.																

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF Anos Iniciais					EF Anos Finais				EM		
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º
1 SUJEITO HISTÓRICO: IDENTIDADE E DIVERSIDADE	EA10 – Compreender os elementos culturais que constituem as identidades de diferentes grupos em variados tempos e espaços.												
	EA11 – Compreender, numa perspectiva crítica e histórica, os diferentes significados de identidade, diversidade, sociedade e cultura.												
	EA12 – Compreender a dinamicidade e historicidade das identidades, sociedades e culturas criadas e recriadas, ao longo do tempo pelos seres humanos.												
	EA13- Respeitar e valorizar a diversidade etnicocultural entre indivíduos e grupos.												
	EA14- Diferenciar diversidade cultural e desigualdade social, perceber suas implicações e posicionar-se em relação a elas.												
	EA15- Refletir sobre a importância dada a determinados personagens históricos, que ocupam lugar mais destacado nos registros oficiais.												
	EA16- Reconhecer as ações, inter-relações e embates de homens e mulheres de diferentes grupos sociais, políticos, regionais, etnicorraciais, etários, culturais como responsáveis pelas transformações da natureza, da sociedade e da cultura, em diferentes espaços e tempos.												
	EA17 – Reconhecer a diversidade de povos indígenas que viviam no território hoje correspondente ao Brasil e à América e compreender seus diferentes modos de vida e suas culturas.												
	EA18 – Compreender a atual condição de vida dos povos indígenas e identificar os territórios que eles ocupam atualmente, como também, no território de Pernambuco.												
EA19- Reconhecer, analisar e valorizar a participação de diferentes povos indígenas nos vários períodos da história local, regional, nacional e continental.													

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF Anos Iniciais					EF Anos Finais				EM		
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º
1 SUJEITO HISTÓRICO: IDENTIDADE E DIVERSIDADE	EA20- Reconhecer, analisar e valorizar a participação dos povos africanos e dos afro-brasileiros, em sua diversidade sociocultural, nos vários períodos da história local, regional, nacional e mundial.												
	EA21- Reconhecer, analisar e valorizar a participação de mulheres de diferentes classes sociais, grupos etnicorraciais, culturais, etários e territoriais, nos vários períodos da história local, regional, nacional e mundial.												
	EA22- Compreender as relações sociais, econômicas, políticas e culturais entre os homens e mulheres, considerando a diversidade e identidade de gênero, em diferentes contextos históricos.												
	EA23- Compreender as instituições sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas como criações das ações humanas, resultantes de práticas, conflitos e movimentos sociais desencadeados em diferentes contextos históricos.												
	EA24- Compreender processos históricos que desencadearam mudanças e permanências em manifestações culturais de diferentes grupos da atualidade e, também, de outros tempos e espaços sociais.												
	EA25- Reconhecer os deslocamentos populacionais em diferentes tempos históricos como práticas sociais que desencadearam e desencadeiam transformações, encontros e desencontros entre diferentes culturas.												

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF Anos Iniciais					EF Anos Finais				EM			
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º	
2 TEMPO	EA1 – Reconhecer e utilizar medidas de tempo, usadas pelos homens e mulheres, em seu cotidiano e, pelos historiadores em seus escritos (dia, mês, semana, ano, década, século, milênio, era).													
	EA2 – Identificar e comparar reguladores do tempo da sociedade em que os estudantes vivem e os reguladores de comunidades diferentes – de espaços do campo e da cidade e de culturas de outros tempos e espaços, evitando anacronismos e rompendo com a visão de tempo linear.													
	EA3- Ler, interpretar e construir diferentes instrumentos de medida e representação do tempo (relógios, calendários e outros).													
	EA4 – Realizar operações de datação, utilizando ano, década, século, milênio, era.													
	EA5 – Compreender o calendário cristão/gregoriano e sua organização (a.C, d. C) como uma manifestação cultural produzida historicamente, seus vínculos culturais e políticos.													
	EA6 – Reconhecer e comparar calendários criados e utilizados em diferentes tempos históricos e espaços sociais, seus vínculos culturais e políticos.													
	EA7 – Reconhecer especificidades e relações entre o tempo da natureza e o tempo histórico.													
	EA8 – Reconhecer diferentes ritmos de vida e maneiras de vivenciar, apreender, organizar, regular, representar o tempo cotidiano: tempo da natureza, tempo do relógio, cibertempo (tempo virtual).													
	EA9 – Analisar a relação entre diferentes maneiras de vivenciar, apreender, organizar, regular, representar o tempo cotidiano e diferentes contextos socioeconômicos e culturais.													
	EA10 – Observar, registrar e levantar hipóteses sobre as repetições dos fenômenos naturais, como posição do Sol no céu; diferenças entre os períodos do dia (manhã e tarde) e noite.													
	EA11 – Identificar e localizar informações e acontecimentos históricos em linhas do tempo.													

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF Anos Iniciais				EF Anos Finais				EM			
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º
2 TEMPO	EA12 – Localizar e comparar acontecimentos no tempo (desde os relacionados à rotina diária e às histórias de vida até os acontecimentos históricos mais amplos), tendo como referência as relações de anterioridade, posterioridade, simultaneidade, sucessão, ordenação.												
	EA13 – Construir linhas do tempo e outras sínteses cronológicas, incluindo e relacionando, desde acontecimentos da história pessoal, local até acontecimentos da história regional, nacional e mundial.												
	EA14 – Identificar e relacionar acontecimentos históricos de curta, média e longa duração, para compreender a dinâmica de mudanças e permanências de relações políticas, econômicas, sociais e culturais, no transcorrer do tempo, em diferentes grupos de vivência e espaços sociais.												
	EA15 – Reconhecer os marcos históricos da periodização clássica da História Ocidental (Pré-História, Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea) e da História do Brasil (Período Pré-Colonial, Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil República) construída pelos historiadores como marcos referenciais.												
	EA16 – Analisar criticamente as concepções políticas, culturais e sociais que norteiam a seleção de marcos históricos de periodizações, construídas pelos historiadores.												
	EA17 – Estabelecer relação entre o passado e o presente, por meio da percepção de continuidades, transformações, diferenças e semelhanças.												
	EA18 – Posicionar-se criticamente sobre os processos de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, no contexto societário presente, identificando e comparando referenciais alternativos, que visem a erradicar formas de exclusão social em nível local, regional, nacional e mundial.												
	EA19 – Compreender permanências e mudanças ocorridas nos jeitos de viver, conviver e trabalhar de grupos sociais de diferentes contextos e tempos históricos, rompendo com anacronismos e com a noção de tempo linear.												

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF Anos Iniciais					EF Anos Finais				EM		
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º
3 FONTES HISTÓRICAS	EA1- Identificar formas de registro da memória importantes para a escrita da história: fontes escritas, imagéticas, materiais, orais.												
	EA2 – Coletar, selecionar e preservar diferentes fontes históricas acerca dos temas estudados.												
	EA3 – Localizar, interpretar e analisar informações históricas em fontes escritas, imagéticas, materiais, orais, tabelas, gráficos, linhas do tempo e mapas históricos, entre outros.												
	EA4- Elaborar hipóteses e argumentos a respeito de temas e problematizações históricas através da leitura, interpretação e cruzamento de duas ou mais fontes.												
	EA5 – Registrar conhecimentos históricos sobre os temas em estudo, por meio de diferentes meios e linguagens: desenhos, imagens, textos, gravações audiovisuais, exposições, canções, teatro e outros.												
	EA6 – Produzir coletiva ou individualmente textos analíticos e interpretativos sobre os processos históricos, valendo-se de categorias e procedimentos próprios do discurso historiográfico.												
	EA7- Compreender as fontes como produções históricas, sociais e culturais.												
	EA8- Identificar, compreender e analisar a autoria e os vínculos sociais, econômicos políticos e culturais de quem fala, por meio de uma determinada fonte histórica ou patrimônio histórico-cultural.												
	EA9- Identificar, analisar e confrontar múltiplas abordagens históricas e pontos de vista sobre um mesmo evento, acontecimento, fato histórico produzidas e veiculadas pelos artefatos da cultura contemporânea (músicas, filmes, jogos digitais, telenovelas, sites de Internet, monumentos públicos, obras de arte, charges, cartuns, livros, entre outros).												
	EA10- Formar opinião sobre um acontecimento histórico ou representação histórica apresentados nas fontes históricas.												
	EA11 – Perceber as diferenças e as relações entre memórias (fontes históricas) e História (produção científica) e analisar sua produção pelas sociedades humanas.												

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF Anos Iniciais					EF Anos Finais				EM			
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º	
3 FONTES HISTÓRICAS	EA12 – Compreender a importância da memória no processo de construção das identidades, do sentimento de pertença pelos agrupamentos humanos.													
	EA13 – Compreender a dinâmica e o significado social do trabalho do historiador.													
	EA14 – Compreender o processo de escrita da História como um processo sociocultural, cientificamente produzido em diálogo com o presente e que desempenha funções identitária e de orientação na sociedade.													
	EA15 – Diferenciar a história escrita da história vivida.													
	EA16 – Compreender o trabalho dos arqueólogos e suas contribuições para a descoberta e a reconstrução de fontes históricas e para a preservação do patrimônio histórico.													
	EA17 – Conhecer pesquisas arqueológicas e sua contribuição para a preservação do patrimônio histórico e a escrita da história local, regional, nacional e mundial.													
	EA18 – Conhecer a função dos espaços de preservação de fontes históricas e sua contribuição para a compreensão e escrita da História local, regional, nacional e mundial (museus, arquivos, centros de documentação, sítios arqueológicos, entre outros).													
	EA19 – Identificar a existência de espaços de preservação da memória, em nível local, regional e nacional, relacionados a diferentes temáticas históricas.													
	EA20 – Respeitar e valorizar a diversidade do patrimônio artístico, histórico e cultural da humanidade, identificando manifestações e representações construídas por diferentes sociedades, em diferentes tempos históricos.													
	EA21 – Reconhecer o significado histórico dos patrimônios culturais materiais e imateriais.													
	EA22 – Reconhecer o tombamento e o registro de um patrimônio histórico-cultural material e imaterial como um processo político e social													
	EA23 – Analisar e atuar sobre os processos de construção e preservação da memória social, partindo da crítica dos diversos lugares de memória, socialmente instituídos.													

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS		EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF anos iniciais					EF anos finais				EM			
EF anos iniciais	EF anos finais EM		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º	
4. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA	4. RELAÇÕES DE PODER, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS	EA1 – Colaborar para definição, valorização e respeito dos direitos e deveres sociais, humanos, civis e políticos e ambientais dos membros de grupos de convivência, em nível local, regional e nacional.													
		EA2- Investigar e posicionar-se criticamente sobre como, em diferentes espaços sociais, são significadas atitudes de respeito a si próprio, ao outro, à diversidade social, cultural e religiosa, aos animais e ao meio ambiente, à liberdade de expressão; solidariedade, cooperação, diálogo e outras atitudes e valores fundamentais para a convivência social e ética.													
		EA3- Compreender os direitos sociais, humanos, civis e políticos e sua implementação como conquistas históricas de diferentes grupos, em diferentes tempos e espaços sociais.													
		EA4 – Identificar e analisar, de forma crítica, os direitos e deveres da criança e do adolescente previstos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei 8069, de 13 de julho de 1990.													
		EA5- Conhecer a Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU, em 1959 e UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância e identificar sua relação com o ECA.													
		EA6 – Reconhecer, valorizar e respeitar os Direitos das Pessoas Idosas previstos no Estatuto do Idoso, Lei n. 10 741 de 1º de julho de 1993.													
		EA7- Reconhecer, valorizar e respeitar os Direitos dos Portadores de Deficiência, conforme Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 que regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989.													
		EA8 – Reconhecer, respeitar e valorizar os direitos dos povos indígenas previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei Nº 11.645, de 10/03/2008, que determina a obrigatoriedade do estudo da História da cultura indígena.													
		EA9 – Reconhecer, respeitar e valorizar os direitos dos afro-brasileiros previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei 10.639/2003 e no Estatuto da Igualdade Racial, que determina obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Africana e Afro – Brasileira.													

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS		EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF anos iniciais					EF anos finais				EM			
EF anos iniciais	EF anos finais EM		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º	
			4. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA 4. RELAÇÕES DE PODER, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS		EA10 – Analisar criticamente a implementação dos direitos das crianças, dos adolescentes, dos portadores de deficiência, das pessoas idosas, dos afro-brasileiros e dos povos indígenas, em diferentes espaços de convivência da atualidade e pensar maneiras de melhor efetivá-los.										
EA11 – Analisar criticamente e posicionar-se contra qualquer forma de preconceito e discriminação social, cultural, etnicorracial, religiosa, territorial, de gênero, de orientação sexual e de outras características individuais e coletivas, nos espaços de convivência.															
EA12 – Compreender e exercer a cidadania como participação no campo de tensões e lutas pela conquista e exercício de direitos e deveres sociais e políticos.															
EA13 – Compreender a historicidade do exercício da cidadania e as tensões e lutas nela envolvidas, em cada contexto histórico, atentando para suas especificidades e evitando anacronismos.															
EA14 – Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.															
EA15 – Compreender, analisar e posicionar-se sobre as relações de poder, de dominação e resistência, de conflito e negociação existentes entre diferentes grupos culturais, territoriais, religiosos, etnicorraciais, de gênero, de orientação sexual, de idade, que convivem em diferentes contextos históricos, atentando para suas especificidades e evitando anacronismos.															
EA16 – Conhecer e analisar projetos e práticas de resistência de grupos oprimidos, ao longo da história local, regional, nacional e mundial, suas particularidades, conquistas e derrotas (lutas operárias, lutas sociais do campo e da cidade, lutas pela terra e por moradia; lutas feministas, movimentos populares e estudantis, lutas dos povos indígenas, lutas dos negros, lutas dos homossexuais etc.).															
EA17- Avaliar criticamente e posicionar-se frente a conflitos e movimentos culturais, sociais, políticos, econômicos e ambientais, em nível local, regional, nacional ou mundial.															

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS		EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF anos iniciais					EF anos finais				EM				
EF anos iniciais	EF anos finais EM		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º		
5. HISTÓRIA LOCAL, COTIDIANO, CULTURA E TECNOLOGIAS	5. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS E CONFLITOS: POVOS, NAÇÕES, LUTAS, GUERRAS, REVOLUÇÕES	EA1 – Identificar os diversos grupos sociais, culturais, raciais, étnicos que constituem e que participaram da formação e transformação de diferentes espaços sociais, que constituem a localidade.														
		EA2 – Observar e analisar as relações de poder, de conflito e de aproximação estabelecidas entre os diversos grupos sociais, culturais, etnicorraciais que participaram da formação e transformação de diferentes espaços sociais, que constituem a localidade.														
		EA3 – Compreender e analisar o papel de instituições sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas na organização das sociedades em diferentes tempos históricos e espaços sociais.														
		EA4 – Compreender as lutas, guerras e revoluções que permeiam os processos históricos de construção, por homens e mulheres, ao longo da História, de diferentes organizações políticas, econômicas e sociais, em várias temporalidades e espaços sociais e seus impactos no mundo contemporâneo.														
		EA5 – Identificar e analisar o significado histórico de diferentes regimes políticos, formas e sistemas de governo existentes em diferentes contextos históricos do Brasil e de outras regiões do mundo.														
		EA6 – Analisar a relação entre Estado e religião, em diferentes contextos históricos do Brasil e do mundo.														
		EA7- Compreender a formação e o desenvolvimento do pensamento liberal, sua relação com o processo de consolidação da sociedade capitalista e com a formação dos Estados Nacionais.														
		EA8 – Compreender as lutas, guerras e revoluções que permeiam os processos de formação dos Estados Nacionais, em diferentes regiões do mundo e as ações políticas, econômicas e culturais, que favoreceram a expansão territorial e formação dos impérios coloniais de alguns desses Estados.														
		EA9 – Observar e analisar as especificidades econômicas, políticas, religiosas e culturais dos diferentes processos de colonização de regiões do mundo, ao longo da história, com destaque para a História do Brasil.														

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS		EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF anos iniciais					EF anos finais				EM				
EF anos iniciais	EF anos finais EM		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º		
5. HISTÓRIA LOCAL, COTIDIANO, CULTURA E TECNOLOGIAS	5. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS E CONFLITOS: POVOS, NAÇÕES, LUTAS, GUERRAS, REVOLUÇÕES		EA10 – Entender as diferenças e semelhanças entre os movimentos de emancipação desencadeados em várias regiões colonizadas da América, da África, da Ásia e da Oceania, destacando os movimentos emancipatórios ocorridos em Pernambuco e outras regiões do Brasil.													
		EA11 – Compreender os confrontos e negociações sociais, políticos, culturais, que ocorreram em níveis regional e nacional e que permearam o processo de constituição e organização política do território, da nação e do Estado brasileiro, em diferentes períodos de nossa história.														
		EA12 – Compreender as dimensões políticas, econômicas, culturais, etnicorraciais, religiosas, que envolveram confrontos e guerras entre vários povos e regiões do mundo, ao longo da história.														
		EA13- Compreender e analisar as políticas imperialistas dos séculos XIX e XX, suas relações com a ocupação da Ásia e da África, com as Guerras Mundiais e a Guerra Fria.														
		EA14 – Compreender as correntes de pensamento contrárias ao capitalismo e ao liberalismo, formuladas ao longo dos séculos XIX e XX, os movimentos sociais e grandes processos revolucionários do século XX nelas inspirados (Revolução Bolchevique, Revolução Chinesa, Revolução Cubana).														
		EA15 – Analisar o processo de construção e desconstrução dos sistemas totalitários na Europa.														
		EA16 – Identificar e analisar as diferenças e semelhanças entre os processos de organização das ditaduras políticas, na América Latina do século XX, com ênfase no Brasil e os movimentos sociais pela redemocratização dos Estados nacionais latino-americanos.														

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS		EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF anos iniciais					EF anos finais			EM				
EF anos iniciais	EF anos finais EM		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º	
5. HISTÓRIA LOCAL, COTIDIANO, CULTURA E TECNOLOGIAS	6. NATUREZA, TERRA E TRABALHO	EA1- Compreender o trabalho de múltiplos sujeitos históricos como elemento primordial nas transformações históricas.													
		EA2- Discutir e posicionar-se em relação à questão do trabalho infantil na localidade, no tempo presente e, em outras épocas, observando permanências e mudanças e os processos históricos e movimentos sociais que as desencadearam.													
		EA3- Identificar os povos indígenas, que vivem ou viveram na região e conhecer os seus modos de vida social, econômico, cultural, político, religioso e artístico, suas mudanças e permanências ao longo do tempo e os processos históricos que as desencadearam.													
		EA4 – Identificar diferenças e semelhanças entre o modo de viver, conviver e trabalhar dos diferentes povos indígenas e dos não indígenas da localidade.													
		EA5 – Caracterizar o modo de vida de povos do campo (quilombolas, ribeirinhos, assentados, acampados e outros), que vivem ou viveram na localidade, distinguindo suas dimensões econômicas, sociais, culturais, artísticas e religiosas, suas mudanças e permanências ao longo do tempo e os processos históricos que as desencadearam.													
		EA6 – Caracterizar e distinguir formas de produção e organização social do trabalho, em vários tempos históricos e espaços sociais em âmbito local, regional, nacional e mundial, destacando as relações sociais de trabalho, baseadas no parentesco ou solidariedade, na servidão coletiva, no escravismo antigo, na servidão feudal, na escravidão moderna e no trabalho assalariado.													
		EA7 – Compreender o processo de urbanização como parte das transformações nas formas de produção e organização social do trabalho, em diferentes tempos históricos e espaços sociais.													
		EA8 – Identificar e comparar diferentes maneiras de distribuir os produtos obtidos pelo trabalho humano, em diversas formas de produção e organização social, construídos ao longo da história da humanidade, evitando anacronismos e rompendo com a visão de tempo linear.													

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS		EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF anos iniciais					EF anos finais				EM		
EF anos iniciais	EF anos finais EM		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º
			5. HISTÓRIA LOCAL, COTIDIANO, CULTURA E TECNOLOGIAS	6. NATUREZA, TERRA E TRABALHO	EA9 – Identificar e analisar diferentes formas de apropriação ou de expropriação dos meios de produção pelos/dos trabalhadores, no campo e na cidade, nas diversas formas de produção e organização social existentes em diversos tempos históricos e espaços sociais, evitando anacronismos e rompendo com a visão de tempo linear.									
		EA10 – Analisar as relações de igualdade e desigualdade social específicas de cada forma de produção e organização social do trabalho, existentes, em diversos tempos históricos e espaços sociais, destacando as comunidades indígenas, a escravidão de negros africanos no Brasil e o trabalho assalariado.												
		EA11- Compreender as ações humanas e os conflitos sociais constituintes do processo histórico de formação e transformação de diferentes formas de produção e organização social do trabalho, em nível local, nacional e mundial.												
		EA12- Identificar e analisar diferentes formas de extrair, produzir e trocar alimentos e outros produtos ao longo da História do Brasil, reconhecendo diferenças e semelhanças entre diversas regiões, e transformações e permanências nas relações natureza, terra e trabalho.												

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS		EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF anos iniciais					EF anos finais				EM			
EF anos iniciais	EF anos finais EM		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º	
5. HISTÓRIA LOCAL, COTIDIANO, CULTURA E TECNOLOGIAS	7. SOCIEDADE, COTIDIANO, CULTURA E TECNOLOGIAS	EA1- Compreender a historicidade dos hábitos e experiências socioculturais do cotidiano.													
		EA2- Associar os fatos e experiências do cotidiano e do presente imediato com contextos sociais, econômicos, culturais e políticos mais amplos.													
		EA3- Identificar e analisar diferentes costumes, hábitos, valores, modos de viver e trabalhar característicos de espaços sociais de uma localidade, relacionando-os às condições sociais e às especificidades culturais dos diversos grupos que os constituem.													
		EA4 – Observar mudanças e permanências ocorridas ao longo do tempo nos costumes, hábitos, valores, modos de viver, conviver e trabalhar característicos dos diferentes grupos, que constituem uma localidade.													
		EA5 – Compreender e analisar os processos históricos que desencadearam a formação e transformação de organizações sociais, projetos e/ou práticas sociais e culturais existentes no tempo presente.													
		EA 6 – Observar semelhanças e diferenças entre a localidade e coletividades de outros tempos e outros espaços, nos seus aspectos sociais, econômicos, tecnológicos, políticos, administrativos, culturais e ambientais.													
		EA7– Reconhecer e analisar as transformações técnicas, tecnológicas ocorridas ao longo da história da humanidade, seus impactos sociais, culturais, econômicos, ambientais e sua relação com as necessidades, interesses e ações de diferentes grupos sociais e de gênero.													
		EA8 – Reconhecer o trabalho humano como responsável pelas transformações tecnológicas e pelas modificações que elas geram, no modo de vida das populações e nas relações de produção.													
		EA9- Compreender as dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e tecnológicas da Revolução Industrial do século XVIII, os processos de industrialização ocorridos em várias regiões do mundo e as transformações, nas estruturas produtivas do século XX e início do século XXI.													
		EA10 – Compreender os processos de industrialização e urbanização, ocorridos em diferentes regiões do Brasil, a partir do século XIX e as transformações sociais, trabalhistas, culturais, ambientais deles decorrentes.													

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS		EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF anos iniciais				EF anos finais				EM			
EF anos iniciais	EF anos finais EM		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º
			5. HISTÓRIA LOCAL, COTIDIANO, CULTURA E TECNOLOGIAS	7. SOCIEDADE COTIDIANO, CULTURA E TECNOLOGIAS	EA11- Compreender criticamente diferentes explicações sobre a origem do mundo e da humanidade, com base nas mitologias, no evolucionismo e no criacionismo.									
		EA12- Situar e compreender diversos movimentos culturais e suas variadas dimensões e produções – linguagens, artes, filosofia, religiões, ciências, tecnologias e outras manifestações culturais – nos contextos históricos de sua constituição e significação.												
		EA13 – Analisar os impactos de diversos movimentos culturais e de suas produções no pensamento e na cultura contemporâneos.												
		EA14 – Caracterizar a diversidade religiosa nas sociedades de diferentes tempos e espaços históricos.												

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS		EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF anos iniciais					EF anos finais				EM				
EF anos iniciais	EF anos finais EM		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º		
			6. HISTÓRIAS DE PERNAMBUCO: SUJEITOS, PRÁTICAS CULTURAIS E EXPERIÊNCIAS COLETIVAS 8. HISTÓRIAS DE PERNAMBUCO: SUJEITOS, PRÁTICAS CULTURAIS E EXPERIÊNCIAS COLETIVAS		EA1- Relacionar acontecimentos históricos locais, regionais, nacionais e mundiais, em diferentes tempos históricos, para melhor compreender a história de Pernambuco.											
EA2 – Identificar a procedência geográfica e cultural das pessoas que formam a população do estado, quanto à nacionalidade, etnia, língua, religião e costumes, contextualizando seus deslocamentos e confrontos culturais e etnicorraciais, em diversos momentos históricos, com destaque para a resistência dos povos indígenas e os danos causados às suas culturas.																
EA3 – Identificar deslocamentos populacionais no estado, no passado e no presente, as migrações regionais e nacionais e compreender as razões dos movimentos para outras regiões do país ou para o exterior e, dessas regiões para Pernambuco.																
EA4 – Analisar a chegada e as formas de dominação dos portugueses e os confrontos com as populações indígenas, que habitavam o território que hoje pertence ao estado de Pernambuco.																
EA5 – Reconhecer as formas de deslocamento de populações africanas para a colônia portuguesa na América, as origens dos povos africanos e seu modo de vida, as condições de vida e trabalho dos africanos escravizados e as resistências, que apresentaram, especialmente no estado de Pernambuco.																
EA6 – Contextualizar e analisar os deslocamentos de outros grupos de imigrantes (europeus, asiáticos e outros, nos séculos XIX, XX e XXI), seu modo de vida, sua cultura e sua inserção nas atividades econômicas.																
EA7 – Identificar e compreender as causalidades das mudanças e permanências, ao longo do tempo, vivenciadas por diferentes povos do campo de Pernambuco, como: ribeirinhos, pescadores, marisqueiros, indígenas, quilombolas, assentados, acampados, entre outros.																
EA8 – Identificar e compreender as causalidades das mudanças e permanências vivenciadas pelos diferentes grupos do meio urbano de Pernambuco, ao longo do tempo: operários, artistas, empresários, artesãos, sem-teto, entre outros.																

NÚCLEOS CONCEITUAIS E TEMÁTICOS		EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	EF anos iniciais					EF anos finais				EM		
EF anos iniciais	EF anos finais EM		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º
			6. HISTÓRIAS DE PERNAMBUCO: SUJEITOS, PRÁTICAS CULTURAIS E EXPERIÊNCIAS COLETIVAS	8. HISTÓRIAS DE PERNAMBUCO: SUJEITOS, PRÁTICAS CULTURAIS E EXPERIÊNCIAS COLETIVAS	EA9 – Compreender e analisar movimentos sociais, políticos e culturais e organizações sociais, que permearam o processo de formação e transformação das várias regiões, que compõem o território hoje conhecido como Pernambuco, seus objetivos, trajetórias, lutas travadas, conquistas e perdas, relações mantidas com grupos nacionais ou de outras regiões, meios de divulgação de ideias, pessoas e grupos envolvidos.									
		EA10 – Analisar as relações de poder estabelecidas entre os grupos sociais, políticos, econômicos e culturais de diferentes regiões de Pernambuco e de outros centros políticos, econômicos e culturais do Brasil e do mundo, em diferentes períodos históricos.												
		EA11- Conhecer o processo de formação e transformação da configuração territorial e administrativa de Pernambuco e sua relação com a História do Brasil e de outras partes do mundo como Holanda, Portugal e África.												
		EA12 – Reconhecer mudanças e permanências nas manifestações culturais de diferentes grupos do campo e da cidade de Pernambuco e, sua relação com acontecimentos nacionais e mundiais.												
		EA13 – Compreender as mudanças e permanências nas formas de produção e organização social do trabalho, em diferentes períodos da história de Pernambuco e sua relação com acontecimentos nacionais e mundiais.												
		EA14 – Respeitar e valorizar a cultura pernambucana, nas suas diversas manifestações, assegurando e fortalecendo a pluralidade cultural.												

4 REFERÊNCIAS

AISENBERG, B. Una aproximación a la relación entre la lectura y el aprendizaje de la Historia. **Ensino em Revista**, v.19, n.2, jun.dec. 2012

BITTENCOURT, C. Capitalismo e Cidadania nas Atuais Propostas Curriculares de História. In:_____. (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 11– 27.

BOSCHI, C. C.. **Por que estudar História?** São Paulo: Ática, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – História e Geografia**. Brasília: MEC, SEF, v. 5, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SECAD, 2005.

_____. **Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências humanas e suas tecnologias**. V. 3. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Brasileira e Africana**, 2009. Disponível em: www.seppir.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf.

_____. MEC/CNE. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010.

_____. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN+ Ensino Médio): Ciências Humanas e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, s/d.

_____. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional do Livro Didático. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2011 – História**. Brasília: MEC, 2011.

_____. MEC/INEP. **Matriz de Referência para o Enem 2011**. Disponível

em: <http://www.ceps.ufpa.br/daves/PS%202012/PS%202012%20ENEM.pdf>.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional do Livro Didático. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2013** – História. Brasília: MEC, 2013.

CERRI, L. F. **Ensino de História e consciência histórica**. Implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FORQUIN, J-C. **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRANCO, A. P. **Apropriação docente dos livros didáticos de História das séries iniciais do ensino fundamental**. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000446645>. Acesso em 05 de fevereiro de 2012.

FREIRE, P. Carta de Paulo Freire aos professores. **Estudos avançados**. São Paulo, vol.15 n. 42; maio/agosto, 2001.

GUIMARÃES, S. **Didática e prática de ensino de História**. 13ª Ed. revista e ampliada. Campinas: Papirus, 2012.

_____. É possível alfabetizar sem história ou como alfabetizar ensinando História. In: _____. (Org.) **Ensino fundamental**: conteúdos, metodologias e práticas. Campinas: Átomo & Alínea, 2009, 241-266.

JENKINS, K. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2005.

KI-ZERBO, J. Introdução Geral. História geral da África, I. In:_____. **Metodologia e Pré-História da África**. 2ª Ed. Brasília: UNESCO, MEC, UFSC, p. XXXI– LVII, 2010.

OLIVEIRA, M. M. D.; STAMATTO, M. I. S. (Orgs). **O livro didático de História**: políticas educacionais, pesquisa e ensino. Natal: EDUFRN, 2007.

PAGÉS, J.. Educación, ciudadanía y enseñanza de la Historia. In: GUIMARÃES, S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.) **Perspectivas do ensino de História**: ensino, cidadania e consciência histórica. Uberlândia: EDUFU, 2011, p.17-32.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Caderno de orientações pedagógicas para a educação em direitos humanos**: rede estadual de ensino. Recife: Secretaria de Educação, 2012.

_____. Secretaria Executiva de Desenvolvimento Da Educação. Gerência de Políticas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (Geja), Unidade da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (Uejai). **Orientações Teórico-Metodológicas**: Ciências Humanas e suas tecnologias. Versão Preliminar. Recife: 2012.

..... **Orientações Teórico- Metodológicas para o Ensino Fundamental:** História, Recife, 2011.

..... **Proposta Curricular para o Ensino Médio Integral:** Ciências Humanas e suas Tecnologias. Recife, 2010.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo – uma reflexão sobre a prática.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SCHMIDT, M. A. e CAINELLI, M. **Ensinar História.** São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, M. A; GUIMARÃES, S. **Ensinar História no século XXI:** em busca do tempo entendido. Campinas: Papyrus, 2007.

SILVA, G. C. **O estudo da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental:** currículos, formação e prática docente. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2011. Disponível em: http://www.btd.ufu.br/tde_busca/resultado-tdes-prog.php?ver=9&programa=9&ano_inicio=&mes_inicio=&mes_fim=&ano_fim=2013&grau=Doutor

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. CAED. Minas Gerais: avaliação da educação. **Boletim pedagógico – Ciências Humanas,** jul./2002.

VESENTINI, C. A. **A teia do fato.** São Paulo: Hucitec, 1997.

VIDAL, D. G. **Culturas escolares:** estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária. (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

5 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, M; SOIHET, R. (Orgs.) **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ABUD, K. (Org.). Ensino de História – Novos Horizontes. **Cadernos Cedes**. Campinas, v.25.n.67, Set. Dez, 2005.

BITTENCOURT, C. F. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Ensino de História**; fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

CARVALHO, M. J. M. de. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo – Recife, 1822-1850. Recife: EDUFPE, 2001.

CAIMI, F., H. **Aprendendo a ser professor de História**. Passo Fundo: UPF, 2008.

CERRI, L. F. (Org.) **Ensino de História e Educação** – olhares em convergência. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

_____. **Ensino de História e consciência histórica**: Implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COLEÇÃO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA (em português). Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010. Disponível no site: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/special-themes/ethnic-and-racial-relations-in-brazil/general-history-of-africa/>

FRANCO, A. P. A Cultura Midiática Infantil e a Construção da Noção de Tempo Histórico. **Caderno Cedes**, Campinas, n. 82, 201 <http://www.scielo.br/scielo>.

FREITAS, I. **Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de História** (anos iniciais). São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2010.

GOMES, M. P. **Os índios e o Brasil** – passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2012

GUIMARÃES S. **Didática e Prática de Ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizagens. 13ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

_____. GATTI JÚNIOR, D. (Orgs.) (2011). **Perspectivas do ensino de**

História: ensino, cidadania e consciência histórica. Uberlândia: Edufu, 2011.

MIRANDA, H. S. (Org.). **História da infância de Pernambuco**. Recife: Editora da UFPE, 2007.

MONTEIRO, Ana M. F. C.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. de S. (Orgs.). **Ensino de História:** sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2007.

_____. **Professores de História:** entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

OLIVEIRA, S. R. F. de; MIRANDA, S. R. (Orgs.). **Educar para a compreensão do tempo**. Cadernos Cedes, v.30, n.82, 2010.

OLIVEIRA, M. M. D. (Coord.). **História: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

OLIVEIRA, M. M. D. et al.(Orgs). **Ensino de História:** múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços. Natal: Ed. UFRN, 2008.

REZENDE, A. P. M. (Org.). **História do Recife**. Recife: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, 1998.

_____. **(Des)encantos modernos:** histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE/CEPE, 1997.

_____. (Org.); BARROS, N. (Org.); SILVA, J. (Org.); VIEIRA, D. (Org.) ; COUCEIRO, S. (Org.) ; TEIXEIRA, F. W. (Org.); ACIOLI, G. (Org.). **Os anos 1920:** histórias de um tempo. Recife: Editora da UFPE, 2012.

ROSSI, V. L. S. de; ZAMBONI, E. **Quanto tempo o tempo tem**. Campinas: Alínea, 2003.

SCHMIDT, M. A. & CAINELLI, M., R. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

_____. e GARCIA, T. B.(Org.) **Educar em Revista**. Dossiê Educação Histórica. Curitiba, UFPR, 2006.

_____. e BARCA, I. (Orgs) **Aprender Histórias** – perspectiva da educação histórica. Ijuí: Editora Unijui, 2009.

SILVA, M. A. da; GUIMARÃES, S. **Ensinar História no século XXI:** em busca do tempo entendido. Campinas SP: Papyrus, 2007.

ZAMBONI, E. (Org.). **Digressões sobre o ensino de História** – memória, história oral e razão histórica. Itajaí: Ed. Maria do Cais, 2007.

COLABORADORES

Contribuíram significativamente para a elaboração dos Parâmetros Curriculares de História Ensino Fundamental e Médio os professores, monitores e representantes das Gerências regionais de Educação listados a seguir, merecedores de grande reconhecimento.

PROFESSORES

Abdias Nicacio Santos Silva	Antonio Airton de Barros
Adeilton do Carmo Barreto	Antonio Clemente Rodrigues Junior
Adevania de Melo Alencar	Antonio Henrique de Lima
Adolfo Albino Novaes	Antonio Marcos da Silva Aciote
Adriana Cardozo Maciel	Antonio Marcos do Nascimento Ferreira
Adriana da Costa Barbosa	Antonio Roque do Nascimento Filho
Adriano Rosal de Santana	Aparecida Maria Pereira Lima de Carvalho
Albanuzia Santos Silva	Audénice Alves dos Santos
Albany Pinheiro de Carvalho	Aureliana Maria de Carvalho Menezes
Alda Ferreira da Silva	Aurineide Alves de Oliveira Miranda
Alessandra Rodrigues Juca	Avaci Duda Xavier
Aluisio Jose da Silva	Bartolomeu Dourado de Sousa
Alzinete Beserra dos Ramos Evangelista	Benedita Ana de Sousa
Amara Maria Peixoto do Nascimento	Betania Maria do Nascimento
Amarildo Elias das Chagas	Breno Barbosa de Aguiar
Aminadabe Maria Goncalo da Silva	Bruno Barros da Silva
Ana Angelica Oliveira Gomes	Camila Pereira Cardoso
Ana Cristina de Aquino Pereira	Carla Semone da Silva Novais
Ana Lucia de Assis Silva	Caroline Taianan Medrado Macedo
Ana Lucia Martins de Souza	Cicero Carlos Mendes
Ana Marcia da Silva	Cicero Soares da Silva
Ana Maria dos Santos Lima Nunes	Cilene Maria da Silva Pereira
Ana Paula Medeiros da Silva	Claudia Miranda de Souza
Ana Paula Medeiros da Silva	Claudivam Lopes de Souza
Ana Rosa da Silva de Santana	Cledson Severino de Lima
Anastacia Ribeiro Lacerda	Cleide da Silva
Anderson da Silva Bispo	Cleide Pedrina da Conceicao
Andre Luiz Felismino da Rocha	Cleoneide Alves Guimaraes
Andre Luiz Rodrigues Monteiro	Cristianise Franca da Silva
Andrea Cristina Vieira Silva	Cristiano Eduardo Callado Guilherme
Andrea Simone Lins de Almeida	Dalvanice dos Santos Reis
Angela Esperanca de Santana Dias de Souza	Daniel de Farias Silva
Angela Maria da Silva	Danielle Paz Goncalves de Oliveira

Os nomes listados nestas páginas não apresentam sinais diacríticos, como cedilha e acentuação gráfica, porque foram digitados em sistema informatizado cuja base de dados não contempla tais sinais.

Darlyng Alice Rodrigues de Andrade
 Deilza Maria de Farias
 Deise Luciana da Silva Lima
 Democrito Silverio da Silva Filho
 Denise Vasconcelos de Figueredo
 Dinaria Barros Beserra
 Djane Gonzaga Silva
 Djanice Galdino da Silva
 Dulcineia Alves Ribeiro Tavares
 Edalcytleia Joseane Pereira Santiago
 Edcarla Paula Barbosa da Silva
 Edilania Maria de Oliveira Carvalho
 Edileuza dos Santos Silva
 Edimar de Souza Paulino
 Edinalva Goncalves Galdino de Melo
 Edivanda Rodrigues de Melo
 Edson Alves Moreira
 Edson Cunha de Melo
 Eduardo Ferreira Campos
 Edvania Bezerra de Oliveira
 Efigenia Moreira de Almeida
 Elanne Karla Bezerra Correia Cavalcante
 Elbanise Alves e Silva
 Elbes Adriano de Oliveira Lima
 Elia Gomes Monteiro
 Eliane dos Santos Silva
 Elias Natan de Mendonça
 Elinete Maria Ataíde
 Elizabete dos Santos Silva
 Esdras Monteiro de Souza
 Eurico Jorge Campelo Cabral
 Evaldo Vieira de Oliveira
 Fabia Anielly Vieira Laranjeira
 Fabio Marques Bezerra
 Fabiola Mercia de Sa
 Feliciano Neta Santos Souza
 Fernanda Maria Arruda dos Santos Andrade
 Fernanda Pereira da Silva
 Flavia Maria do Carmo Nascimento
 Flaviana Karla Gomes Leonel de Lima
 Flaviano de Carvalho Callou
 Francineide Passos Araujo
 Francisca Les Canuto de Sousa
 Francisco Andre da Silva
 Francisco de Assis da Silva
 Francisco Jose Almeida Sobral
 Geane Alves Lima Santana
 Geni Soares da Silva Costa
 Geovanni Gomes Cabral
 Geuzeli Bispo de Sousa
 Gilmaria Guedes Barbosa
 Gilvania Pereira de Lima Santana
 Giselia Lucas do Nascimento
 Gleide Alves Lima
 Gracia Meyre Vieira de Melo
 Graucia Teonila de Sousa
 Gudyson Gomes Marinho
 Haroldo Assis de Barros
 Helena Campelo de Araujo
 Henrique Jose de Souza
 Hildete Celsa Dias
 Hilma Soares Pereira
 Hilton Gomes Leal Filho
 Hosana Marisa dos Santos
 Humberto Jose Padilha de Lima Junior
 Iane Michele de Oliveira Siqueira
 Idiane Pereira de Lima Santos
 Ilucyenne Emilia dos Santos
 Inadimaria Amaral
 Inaly Maria da Silva Lima
 Ionara Aguiar Andrade
 Iraci Pereira de Goes
 Irene Estela de Queiroz Cavalcanti de Sa
 Iris Christina de Santana
 Isabela de Holanda Souza
 Ivana Carla Soares Pereira
 Ivony Nunes Soares
 Ivson Alves Bezerra
 Izabel Cristina de Almeida Lopes
 Jaciara Maria Batista dos Reis
 Jaciara Maria Felix de Moura
 Jacinta Janete de Aguiar Pereira e Sa
 Jadiel Barbosa de Lima
 Jadna Neide Oliveira Gomes
 Jandeck Barbosa da Silva Junior
 Janeide Emilia do Nascimento
 Janiara Almeida Pinheiro Lima
 Janira Emilia do Nascimento
 Jaqueline Gomes Ferreira
 Jean Silva Candido Veras
 Jeronimo Adelino Pereira Cisneiros Galvao
 Joana Darque de Moura Andrade
 Joao Alves de Sa
 Joao Francisco da Silva
 Joao Goncalves de Montes
 Joao Pereira de Lima
 Joelma Neves Neto
 John Wellington de Aquino Silva
 Jorge Luiz Almeida de Oliveira
 Jose Auto dos Santos
 Jose Bergson Neves Patriota
 Jose Claudemiro Vilaca de Lima
 Jose Fernando de Araujo Moura
 Jose Jecocondes Barbosa da Silva
 Jose Roberto Gomes dos Santos
 Jose Robson Evaristo
 Jose Rodrigues Sobrinho
 Joseane Alves Bizerra Gutierrez
 Josebias Jose dos Santos
 Josefa Marileide Guerra de Albuquerque
 Joseilda Emilia Gomes
 Joselia de Almeida Bezerra
 Joselina da Silva
 Joselma Gomes da Silva
 Josenildes Almeida dos Santos
 Josimeire Rodrigues Ramos Ferreira

Jucyara Grashyella Ferreira Quezado
 Katia Marcelina de Souza
 Katia Valeria de Oliveira Goncalves
 Katiana Cristina da Silva Gomes
 Laudeci Maria dos Santos Lima
 Leandro Alexandre dos Santos
 Leila Cristina Sobreira de Albuquerque
 Lenivaldo Cavalcante da Silva
 Liane Maria Barbosa Luna Rodrigues
 Liliane Cristina de Oliveira Barros
 Lindair das Neves Vieira Batista
 Lindinalva Rodrigues do Nascimento
 Livia Maria Moura de Lima
 Lucia Helandia da Silva Ferreira
 Luciana Maria da Silva
 Luciana Souza de Oliveira Stambonsky
 Luciano Jose Machado da Silva
 Lucilene Maria Vieira da Silva
 Lucinalva Lima da Silva
 Luisa Ohanna Modesto de Lima
 Luiz Carlos Araujo
 Luiz Carlos Bastos Rodrigues
 Luiz Carlos Lopes da Silva
 Luiz Carlos Marques Bezerra
 Luiz Severino da Costa Filho
 Magna Magjolia Liberato Santos
 Manoel Luis da Silva Neto
 Marcia Leocadia Damasceno Amorim
 Marcia Regina Nogueira dos Santos
 Marcio Osmar Freire da Silva Sa
 Marcos Antonio Meyer Ferreira
 Marcos Carvalho Goncalves
 Marcos Eduardo Silva Cruz
 Marcos Vinicius Bezerra Lima de Jesus
 Maria Alves da Silva
 Maria Aparecida Alves de Melo
 Maria Aparecida Bezerra Faustino
 Maria Aparecida dos Santos
 Maria Aparecida Fernandes de Medeiros
 Maria Aparecida Pereira Gomes
 Maria Audemere Fonseca
 Maria Auricelia Rodrigues de Lima
 Maria Auxiliadora de Castro Gomes
 Maria Auxiliadora Gomes
 Maria Betania Alvares de Albuquerque
 Maria Bezerra da Silva
 Maria Claudenice Inacio Almeida
 Maria Cleidmar de Jesus Sousa Fialho
 Maria da Conceicao Pereira de Oliveira
 Maria da Gloria Felix de Santana
 Maria da Paz Silva
 Maria das Gracas Farias Candido
 Maria das Mercês de Brito Aguiar
 Maria de Fatima Araujo dos Anjos
 Maria de Fatima de Albuquerque
 Maria de Fatima Ferreira da Costa
 Maria de Fatima Pires Cantarelli Santos
 Maria de Lourdes Ferrao Castelo Branco
 Maria de Lourdes Vasconcelos Souza
 Maria do Bom Despacho da Silva Costa
 Maria do Carmo Amaral Pereira
 Maria do Carmo Franca Costa
 Maria do Patrocinio Canario Barbosa Cabral
 Maria do Rosario Alves Barbosa
 Maria do Socorro de Oliveira Gomes
 Maria do Socorro de Vasconcelos Melo
 Maria do Socorro dos Santos
 Maria do Socorro Menezes
 Maria Emilia de Amorim Campelo
 Maria Erotildes de Sa Cruz
 Maria Gorette da Silva Borba
 Maria Goretti Galvao Cysneiros de Aguiar
 Maria Goretti Barbosa de Melo
 Maria Helena A Rodrigues
 Maria Helena Pinheiro da Silva
 Maria Inez Silva da Rocha
 Maria Jesselma Barbosa Rocha
 Maria Jose da Silva
 Maria Jose de Aguiar
 Maria Jose de Lima
 Maria Jose Goncalves da Silva
 Maria Jose Jeronimo de Oliveira
 Maria Jucicleide Rodrigues Wanderley
 Maria Jucicleide Lopes de Alencar
 Maria Lenilda dos Santos Sousa
 Maria Lucia Leite da Silva
 Maria Lucia Maciel Mendonca
 Maria Luzenilda Eduardo
 Maria Sandra Bernardino da Silva
 Maria Severina da Silva
 Maria Socorro Monteiro Feitosa
 Maria Solange Alexandre da Silva
 Maria Sonia Miranda Sidrim
 Marilez de Souza Franca
 Marinaldo Alves de Lima
 Marinalva Helena de Freitas
 Marineide Maria de Carvalho
 Maristela Conceicao Barbosa de Mendonca
 Mariza Gomes de Andrade
 Marizete Maria da Conceicao Silva
 Marleide Ferraz de Sa
 Marleide Maria Goncalves de Araujo
 Marlene Leandro de Brito
 Marlene Maria de Melo Silva
 Marlucia Goncalves Torres Gomes
 Marlucia Luiza de Lima
 Mary Cristina Sobral Neves
 Mauricio Lamartine Gomes Freire
 Michelle Maria Maciel Modesto
 Michelle Rose dos Santos Sena
 Miguelisa Loura de Macedo Leite
 Monica Maria de Sa
 Monica Maria Melo Ratis
 Monica Vieira de Lima
 Morgana Pires Rocha
 Nadia Cristina Assuncao Campos

Nadjane Moura Henrique de Araujo
 Nandy Almeida Veloso
 Nubia Silva Oliveira
 Oberdan Othoniel Rodrigues
 Otavio de Azevedo de Barros e Silva Neto
 Patricia Eulalia Silva Candido Carneiro
 Patricia Ferreira de Lima
 Patricia Rosana de Lima Silva
 Paula Frassinete Madeiro e Silva
 Paula Ingrid Pontes Silva Santana
 Pauliana Alves de Souza
 Paulo Antenor Claro das Mercês
 Paulo Sergio Barbosa
 Poliana de Siqueira Martins
 Raquel Cristiane Muniz Florencio
 Regina Celia Trindade de Oliveira
 Regina Costa
 Revilsa Barbosa da Silva
 Rilma Leda Macario
 Roberta Pessoa do Nascimento Souza
 Rodrigo Lins Barbosa
 Ronnie Von Melo da Silva
 Rosa Cleide do Nascimento Souza
 Roselane Maria dos Santos
 Rosiane Martins da Silva
 Rosiene da Conceicao Nascimento Campos
 Rosileide Maria de Medeiros Aleixo
 Rosileide Maria do Nascimento
 Rosimeire da Cruz Santos
 Rosimery Pereira de Oliveira
 Rosinete Maria de Souza Moreira
 Salustiano Siqueira Fontes Filho
 Salustiano Siqueira Fontes Filho
 Salvino Leite Freire
 Samuel do Nascimento Pereira
 Sanchirltes da Costa Silva
 Sandra Almeida da Silva
 Sandra Joedna Vieira
 Sandra Maria da Silva Arcanjo
 Sandra Maria Jeronimo Pereira
 Sandra Maria Leandro Paiva da Silva
 Sandra Ramos de Melo Silva
 Sandra Roberta da Silva Vero
 Sandra Vasconcelos Oliveira e Silva

Sara Raquel de Alencar Ferreira
 Selma da Costa Coutinho
 Selma Maria de Arruda Franca
 Silvana Karla de Souza Costa
 Silvana Santos Machado Lins
 Silvaneide Gercina de Almeida
 Silvania Maria Maciel
 Silvanir Pessoa de Matos
 Silvia Regina da Silva
 Simone Glauce Rocha Amorim
 Simone Patricia do Nascimento
 Simony Valeria da Silva Oliveira
 Sivaldo Severino de Lima
 Sonia Maria Juliao de Melo
 Susilene Dantas de Oliveira Silva
 Suzete Sueli Pinheiro Campelo
 Suzineide Dantas de Oliveira Silva
 Tania Maria Alexandre Barbosa
 Tania Regina Goncalves Rodrigues
 Tarciana Borba de Melo
 Tercio de Queiroz Leal
 Thamilis da Conceicao Ferreira
 Thiago Soares de Albuquerque Borborema
 Thomas Jefferson Muniz Ulisses
 Vagneane Barros Pereira
 Valdemisse Lucas Moreira
 Valdenice Lopes Batista
 Valdenise Maria Lourenco de Lima
 Valderice Eugenio dos Santos de Sa
 Valdilene Pereira de Sa
 Valdir Barros
 Valeria Milene Paizinho de Franca
 Vanda de Lima Bezerra
 Vania Maria Barros dos Santos
 Vera Lucia Batista de Sousa
 Veronica do Socorro Batista de Souza
 Veronica Paz de Queiroz
 Vilmar Rodrigues de Oliveira Junior
 Vivian Rodrigues Vero de Oliveira
 Walber Queiroz de Almeida
 Waldenir Pereira da Silva
 Zelia Maria de Souza Menezes e Sa
 Zeneide Amaral Rocha e Silva
 Zuleide Alves de Souza

MONITORES

Adalva Maria Nascimento Silva de Almeida
 Alexandra Goncalves Damasceno
 Ana Clecia da Silva Lemos Vasconcelos
 Ana Helena Acioli de Lima
 Ana Lucia Oliveira
 Ana Maria de Melo
 Andreza Pereira da Silva
 Betania Pinto da Silva
 Camila Correia de Arruda
 Carlos George Costa da Silva
 Celice Vieira Rocha

Conceicao de Fatima Ivo
 Consuelo Maria Alves de Brito
 Cristiane Marcia das Chagas
 Daniel Cleves Ramos de Barros
 Daniela Araujo de Oliveira
 Daniella dos Santos Barbosa da Silva
 Diana Lucia Pereira de Lira
 Diego Santos Marinho
 Edlane Dias da Silva
 Elayne Dayse Ferreira de Lima
 Emmanuelle Amaral Marques

Erineide dos Santos Lima	Lusinete Alves da Silva
Fabiana Maria dos Santos	Lyedja Symea Ferreira Barros
Felipe de Luna Berto	Magaly Morgana Ferreira de Melo
Fernanda de Farias Martins	Manuela Maria de Goes Barreto
Francisca Edna Alencar e Sousa	Maria da Conceicao Goncalves Ferreira
Francisca Gildene dos Santos Rodrigues	Maria do Socorro de Espindola Goncalves
Genecy Ramos de Brito e Lima	Maria do Socorro Santos
Gilfrance Rosa da Silva	Maria Gildete dos Santos
Gilmar Herculano da Silva	Maria Jose Silva
Gilvany Rodrigues Marques	Maria Jucileide Lopes de Alencar
Isa Coelho Pereira	Maria Valeria Sabino Rodrigues
Ivan Alexandrino Alves	Marinalva Ferreira de Lima
Jaciane Bruno Lins	Marineis Maria de Moura
Jaqueline Ferreira Silva	Marta Barbosa Travassos
Jeane de Santana Tenorio Lima	Mary Mirtes do Nascimento
Joana Darc da Silva	Mauriceia Helena de Almeida
Joana Darc dos Santos	Patricia Carvalho Torres
Joana Darc Valgueiro Barros Carvalho	Randyson Fernando de Souza Freire
Joice Nascimento da Hora	Rejane Maria Guimaraes de Farias
Kelly Adrienne Souto Maior de Lucena	Roberto Carlos Novais de Carvalho
Kelvina Araujo de Souza	Silvia Karla de Souza Silva
Kelvina Araujo de Souza	Tacilia Maria de Moraes
Kleiber de Oliveira Santos Lira	Terezinha Abel Alves
Leci Maria de Souza	Vanessa de Fatima Silva Moura
Leila Regina Siqueira de Oliveira Branco	Vera Lucia Maria da Silva
Lucia de Fatima Barbosa da Silva	Virginia Campelo de Albuquerque
Luciana da Nobrega Mangabeira	Vivian Michelle Rodrigues do Nascimento Padilha
Luciana Helena da Silva	

REPRESENTANTES DAS GERÊNCIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

Adelma Elias da Silva	Garanhuns
Carla Patricia da Silva Uchoa	Palmares
Edjane Ribeiro dos Santos	Limoeiro
Edson Wander Apolinario do Nascimento	Nazare da Mata
Elizabeth Braz Lemos Farias	Recife Sul
Jaciara Emilia do Nascimento	Floresta
Jackson do Amaral Alves	Afogados da Ingazeira
Luciene Costa de Franca	Metropolitano Norte
Maria Aparecida Alves da Silva	Petrolina
Maria Aurea Sampaio	Arcoverde
Maria Cleide Gualter A Arraes	Araripina
Maria Solani Pereira de Carvalho Pessoa	Salgueiro
Mizia Batista de Lima Silveira	Metropolitano Sul
Rosa Maria Aires de Aguiar Oliveira	Recife Norte
Soraya Monica de Omena Silva	Caruaru
Veronica Maria Toscano de Melo	Vitoria
Zildomar Carvalho Santos	Barreiros

